

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 067/2025
Data: 28/05/2025

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
SEATTLE E TACOMA FORTALECEM LIDERANÇA LOGÍSTICA COM PARCERIA ESTRATÉGICA E FOCO SUSTENTÁVEL	4
EVERETT SE DESTACA COMO POLO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO NOS ESTADOS UNIDOS	5
TERMINAL DE R\$ 5,6 BILHÕES EM SANTOS TEM REGRAS DE LEILÃO DEFINIDAS PELA ANTAQ; VEJA QUAIS SÃO	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
EQUATORIAL COLOCA ATIVOS À VENDA NO NORDESTE E REESTRUTURA FOCO ESTRATÉGICO	8
ÁLVARO PORTO FAZ DURO ATAQUE À TÁTICA DO GOVERNO DE ESVAZIAR PLENÁRIO DE NOVO	9
BNDES FINANCIA USINA DA GÁS VERDE EM PERNAMBUCO COM R\$ 90,2 MILHÕES	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE RETOMADA DAS OPERAÇÕES DO PORTO DE ITAJAÍ (SC) NESTA QUINTA-FEIRA (29).....	12
NOTA À IMPRENSA: RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA AZUL	13
AVIAÇÃO + BRASIL CELEBRA PROGRESSO NO SETOR E PREMIA EMPRESAS E AEROPORTOS	14
GOVERNO E SETOR PRIVADO DEBATEM MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA E DESCARBONIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO.....	16
MOVIMENTO NOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DA REGIÃO SUL CRESCE 6,2% EM 2025	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	19
RISCOS CLIMÁTICOS JÁ AFETAM 8% DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ALERTA SUBSECRETÁRIO DE SUSTENTABILIDADE DO MT EM EVENTO INTERNACIONAL.....	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – MERCADO AEROPORTUÁRIO: AVANÇOS E OPORTUNIDADES	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - PRÓXIMA ETAPA DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 SERÁ NO TCU	21
<i>Próxima etapa: TCU 1</i>	21
<i>Próxima etapa: TCU 2</i>	22
<i>Guerra judicial</i>	22
<i>Prós e contras</i>	22
PORTO DE SANTOS - LEILÃO DO TECON SANTOS 10 TERÁ FASES PARA EVITAR CONCENTRAÇÃO DE MERCADO	22
PORTO DE SANTOS - TECON SANTOS 10: COSTA FILHO VAI ESPERAR ANÁLISE DO TCU	23
NACIONAL - ABTP COMEMORA CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARA MODERNIZAR MARCO LEGAL DOS PORTOS	25
REGIÃO SUL - GOVERNO DO ESTADO E FIEP DISCUTEM PARCERIA PARA PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ	25
REGIÃO SUL - PORTOS R\$ INTENSIFICA REPOSICIONAMENTO E SUBSTITUIÇÕES DE BOIAS NAS HIDROVIAS	27
NACIONAL - MINISTRO CELEBRA CRESCIMENTO DA AVIAÇÃO E PROJETA R\$ 15 BI EM INVESTIMENTOS	27
NACIONAL - CEO DO BRASIL EXPORT DESTACA AVANÇOS E CONFIANÇA NO SETOR AÉREO	29
NACIONAL - PRÊMIO AVIAÇÃO + BRASIL REFORÇA AVANÇOS EM INFRAESTRUTURA E REGULAÇÃO	30
BRASIL EXPORT - PRÊMIO AVIAÇÃO + BRASIL CONSAGRA AZUL E AEROPORTO DE FLORIANÓPOLIS	31
BAHIA ECONÔMICA - BA	32
BRASKEM REALIZA PRIMEIRA VENDA DE POLIETILENO CIRCULAR NA AMÉRICA DO SUL.....	32
ACELEN VAI INVESTIR MAIS R\$ 340 MILHÕES NA REFINARIA DE MATARIPE	33
JORNAL O GLOBO – RJ	34
FAZENDA FALA EM SE 'DEBRUÇAR SOBRE AS ALTERNATIVAS' AO AUMENTO DO IOF, APÓS PRESSÃO DE EMPRESÁRIOS E DO CONGRESSO	34
LULA DIZ QUE MP DA ENERGIA ELÉTRICA 'NÃO É COISA FÁCIL DE SER APROVADA NO CONGRESSO'	36
TCU ADIA DECISÃO SOBRE ACORDO PARA QUE A RIOGALEÃO CONTINUE A ADMINISTRAR AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO.....	37
MPT PROCESSA MONTADORA CHINESA BYD POR TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO EM OBRA DE FÁBRICA NA BAHIA	38
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	39
IOF: FAZENDA VAI RESGATAR R\$ 1,4 BI DE DOIS FUNDOS PARA COMPENSAR RECUO EM PARTE DAS MEDIDAS.....	39
BANCOS MANTÊM PLANO POR CONTROLE DA BRASKEM APESAR DE OFENSIVA DE TANURE.....	40
PETROBRAS PLANEJA CONTRATAR 48 EMBARCAÇÕES COM 40% DE CONTEÚDO NACIONAL ATÉ 2026	42
OPINIÃO - ENERGIA LIMPA E INVESTIMENTOS VERDES VÃO RALO ABAIXO	42



VALOR ECONÔMICO (SP).....	43
COM AVANÇO DE FERROVIA NO MT, RUMO PREPARA FASE 2 DA OBRA.....	43
LEILÃO DE POTÊNCIA DEVERIA SER PRIORIDADE, DIZ ENEVA.....	46
MINISTRO DEIXA PARA ANTAQ DECISÃO SOBRE DISPUTA POR MEGATERMINAL.....	47
CRESCE PRESSÃO PELA REVOGAÇÃO DO NOVO IOF.....	48
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	50
‘NOVA LEI DOS PORTOS’ PASSARÁ POR COMISSÃO ESPECIAL.....	50
ARTIGO - A INDENIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DA MORA ADUANEIRA.....	52
KEPLER WEBER FECHA CONTRATO COM A BE8 PARA PROJETO NO RS.....	53
A PETROBRAS ANUNCIOU A NOMEAÇÃO WILLIAM FRANÇA PARA ASSUMIR CUMULATIVAMENTE A FUNÇÃO DE DIRETOR EXECUTIVO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E SUSTENTABILIDADE.....	54
IBAMA AUTORIZA OBRA QUE VIABILIZA NAVEGAÇÃO NO RIO TOCANTINS.....	54
RELATÓRIO DA IAPH REVELA LACUNAS EM SUSTENTABILIDADE E MUDANÇAS DE MERCADO NOS PORTOS GLOBAIS.....	55
OPERADORES DE SANTOS ESTÃO FORA DA 1ª FASE DO LEILÃO DO NOVO TECON.....	56
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	58
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	58



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SEATTLE E TACOMA FORTALECEM LIDERANÇA LOGÍSTICA COM PARCERIA ESTRATÉGICA E FOCO SUSTENTÁVEL

Com administração unificada desde 2015, portos no estado de Washington modernizam operações, ampliam investimentos e apostam na inovação verde para impulsionar o comércio na costa oeste dos EUA

Por Alexandre Lopes 28 de maio de 2025



PORTO DE SEATTLE POSSUI CARACTERÍSTICAS QUE O DIFERENCIAM DE OUTROS NOS ESTADOS UNIDOS, COMO INFRAESTRUTURA ALTAMENTE MODERNA (Divulgação)

Localizados no estado de Washington, os portos de Seattle e Tacoma desempenham papel essencial na economia dos Estados Unidos. Separados por cerca de 50 quilômetros, eles se uniram em 2015 para formar a

Northwest Seaport Alliance (NWSA), uma parceria pioneira que consolidou as operações de carga marítima, garantindo maior competitividade na costa oeste americana. Os detalhes dessa parceria foram apresentados nesta terça-feira (27) aos integrantes da Missão Internacional Porto & Mar 2025, promovida pelo Grupo Tribuna, em visita à Autoridade Portuária local.

Juntos, os dois portos movimentaram no ano passado 3,3 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), sendo uma das maiores portas de entrada de cargas do país, atrás de complexos como Los Angeles/Long Beach, Nova Iorque/Nova Jérsei, Savannah e Houston. Também movimentaram mais de 337 mil carros ao longo de 2024, de acordo com dados apresentados ontem à comitiva brasileira pelo diretor de Desenvolvimento de Negócios da NWSA, Steve Balaski.

Apesar de pertencerem à mesma aliança, Seattle e Tacoma possuem características distintas que os tornam complementares. O Porto de Seattle é conhecido por sua infraestrutura altamente moderna e pelo compromisso com inovação tecnológica e sustentabilidade. Seus terminais possuem profundidade suficiente para a atracação de embarcações de grande porte. O porto local se destaca pelo uso de energia elétrica nos terminais de cruzeiros, reduzindo significativamente as emissões de gases poluentes.



OPERAÇÕES REALIZADAS EM SEATTLE COM O ICÔNICO MONTE RAINIER AO FUNDO (AdobeStock)

Já o Porto de Tacoma é um dos maiores de águas profundas dos Estados Unidos. Ele tem conexão com o transporte ferroviário, sendo servido por três grandes companhias. Ambos os portos possuem terminais especializados para movimentação de contêineres, carga a granel, automóveis e equipamentos pesados. Além disso, a localização privilegiada garante acesso facilitado às principais rodovias interestaduais, permitindo um fluxo logístico ágil para o interior dos EUA.

Na apresentação feita nesta terça à comitiva brasileira, foi destacado que os principais parceiros comerciais da NWSA são, pela ordem, China, Japão, Coreia do Sul, Vietnã e Taiwan. Em volume de

contêineres, o Brasil ocupa a 23ª colocação. Já em valores, o Brasil está em 18º lugar, de acordo com o balanço de 2024.

Investimentos e Expansão

Com o objetivo de modernizar suas operações e garantir um futuro sustentável, Seattle e Tacoma vêm recebendo investimentos significativos em infraestrutura. O Porto de Seattle, por exemplo, está desenvolvendo um Centro de Inovação Marítima, um espaço destinado à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis para o setor portuário. Além disso, há planos ambiciosos para zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050, com a implementação de corredores verdes e o incentivo ao uso de combustíveis marítimos sustentáveis.



TACOMA TEM ESCOAMENTO ÁGIL DE CARGAS (AdobeStock)

O Porto de Tacoma, por sua vez, já investiu mais de US\$ 160 milhões em projetos ambientais nos últimos 20 anos. Essas iniciativas incluem programas para melhoria da qualidade do ar e da água, bem como a restauração de habitats naturais. Além disso, a expansão da capacidade ferroviária e a modernização dos terminais de contêineres são prioridades para os próximos anos.

Embora os portos de Seattle e Tacoma compartilhem uma administração conjunta e estejam alinhados estrategicamente, há diferenças marcantes entre eles. Enquanto Seattle se destaca pela inovação e pelo compromisso ambiental, Tacoma é um porto mais tradicional, focado em movimentação de grandes volumes de carga e na conectividade ferroviária.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/05/2025

EVERETT SE DESTACA COMO POLO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO NOS ESTADOS UNIDOS

Cidade próxima a Seattle atrai atenção da Missão Porto & Mar 2025 por sua força portuária, presença da Boeing e crescimento no setor de inovação

Por Alexandre Lopes 28 de maio de 2025



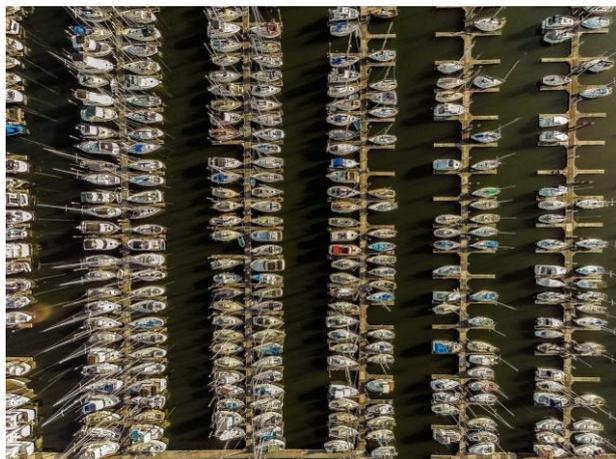
ESTIMATIVA É QUE O PORTO DE EVERETT GERE MAIS DE 40 MIL EMPREGOS E CONTRIBUA COM MAIS DE US\$ 400 MILHÕES EM IMPOSTOS LOCAIS E ESTADUAIS (AdobeStock)

Quando se fala em inovação nos Estados Unidos, o Vale do Silício logo vem à mente. Mas há outras cidades que desempenham um papel crucial na economia e no desenvolvimento tecnológico do país – e Everett, no estado de Washington, é uma

delas. Hoje, ela estará na rota da Missão Internacional Porto & Mar 2025, promovida pelo Grupo Tribuna.

Localizada a cerca de 40 km ao norte de Seattle, o município de aproximadamente 110 mil habitantes se destaca pelo porto estratégico, a forte indústria aeronáutica e a crescente relevância no setor tecnológico, podendo fornecer importantes exemplos de soluções a autoridades e empresários brasileiros que integram a comitiva.

O Porto de Everett é um dos principais motores econômicos da região. Fundado no início do século 20, ele teve papel fundamental na exportação de madeira e carvão. Hoje, é um dos portos de águas profundas mais movimentados da costa oeste, operando cargas industriais e servindo como base para operações militares e comerciais. Além disso, a cidade abriga uma das maiores instalações navais dos Estados Unidos, a Naval Station Everett, que reforça sua importância logística e geopolítica.



PASSEIOS DE BARCO E ESPORTES AQUÁTICOS ATRAEM TURISTAS À CIDADE (AdobeStock)

Mas se há um nome que realmente colocou Everett no mapa global, é o da Boeing. A cidade é sede da maior fábrica de aviões do mundo, onde modelos icônicos como o 747, 767, 777 e 787 Dreamliner são montados. O Boeing Future of Flight, centro de visitantes da empresa, é uma atração imperdível para quem deseja ver de perto como nascem os gigantes do céu. A fábrica tem impressionantes 40 hectares de área construída, o que a torna um dos maiores edifícios do planeta em volume.

Embora Everett tenha uma identidade fortemente industrial e portuária, sua proximidade com Seattle faz com que ela também se beneficie da expansão do setor tecnológico do noroeste americano. Nos últimos anos, a cidade tem atraído empresas de tecnologia, especialmente no setor aeroespacial e de engenharia de materiais. Não chega a ser um novo Vale do Silício, mas tem conquistado espaço como um polo de inovação alternativo.



FÁBRICA DA BOEING: EMPRESA INSERIU EVERETT NO MAPA GLOBAL DA AVIAÇÃO (Rodrigo Nardelli/TV Tribuna)

Atrações

Turisticamente, Everett oferece uma experiência menos agitada do que Seattle, mas com atrações que valem a visita. O Imagine Children's Museum é um excelente passeio para famílias, enquanto o Schack Art Center reúne obras de artistas locais e oficinas de vidro soprado, uma tradição da região. Para os

amantes da natureza, o Jetty Island – uma ilha de areia acessível por balsa no verão – é um refúgio com praias tranquilas e águas surpreendentemente quentes para os padrões do estado de Washington.

Na gastronomia, Everett reflete a diversidade da costa noroeste americana. Os frutos do mar são destaque absoluto e restaurantes servem caranguejos, ostras e o clássico salmão do Alasca, sempre frescos. O mercado de cervejas artesanais também é forte, com brewpubs oferecendo rótulos premiados.

TERMINAL DE R\$ 5,6 BILHÕES EM SANTOS TEM REGRAS DE LEILÃO DEFINIDAS PELA ANTAQ; VEJA QUAIS SÃO

Inicialmente, empresas que já possuem terminais no Porto não poderão participar
Por Bárbara Farias 28 de maio de 2025



Tecon Santos 10 ocupará uma área de 621,9 mil metros quadrados no cais do Saboó, no Porto de Santos (Alexsander Ferraz/AT)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiu que o leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos, pode ter duas etapas, de modo a garantir a concessão do ativo. Inicialmente, empresas que operam terminais de contêineres no complexo portuário santista, como grandes armadores, não poderão participar.

A Tribuna teve acesso, nesta terça (27), ao despacho do diretor-geral substituto da Antaq, Caio Farias, em que ele determina a execução do processo licitatório em duas fases. Esse documento, que tem a concordância dos demais diretores, foi assinado por Farias no último dia 22, às 22h01, mas estava sob sigilo.

Segundo o despacho, na primeira etapa, será proibida a participação das empresas que possuem terminais no Porto de Santos. Em caso de licitação deserta (sem participação), será realizada a segunda etapa do leilão, que permite participação geral, inclusive de quem atua no Porto. Nesse caso, o licitante vencedor que já tiver ativo no cais santista terá que transferir o controle societário ou a titularidade do seu arrendamento portuário para então assinar o contrato do Tecon Santos 10.

O primeiro leilão favorece companhias que ainda não operam em Santos. A JBS Terminais é uma das empresas interessadas e pode entrar no processo em associação com uma empresa chinesa. Já armadoras como a Maersk e MSC, sócias da Brasil Terminal Portuário (BTP), e a CMA CGM, que opera a Santos Brasil, não podem participar da concorrência pública.

Ratificada

A decisão de Farias vai ao encontro da sugestão da Comissão Permanente de Licitação e Arrendamentos Portuários da Antaq, que indicou a restrição ou proibição aos armadores verticalizados sob o argumento de uma possível concentração de mercado por apenas uma companhia. Diante dessa argumentação, a diretoria optou pelo leilão em duas fases para “minimizar o risco de diminuição da concorrência, mas, ao mesmo tempo, manter o apetite pelo ativo”.

A Tribuna entrou em contato com a Antaq para esclarecer o processo, mas não obteve retorno. A Reportagem apurou que a decisão já havia sido encaminhada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que agora enviará para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Ambos não devem se opor ao documento.

Documentos

Na última segunda-feira, a Antaq publicou a Deliberação nº 38, no Diário Oficial da União, dando ciência sobre o término da análise das contribuições entregues na consulta e audiência pública, e sobre as mudanças no edital e no contrato do Tecon Santos 10.

O modelo de leilão adotado pela Antaq foi subsidiado pela Nota Técnica nº 51, elaborada por especialistas em regulação da agência, que apresentou as regras que foram implementadas nas duas etapas licitatórias.

Antes

Nesta terça (27), antes do acesso ao despacho, A Tribuna entrevistou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Ele afirmou que havia uma tendência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) de restringir a participação de empresas que já operam no Porto de Santos.

"Há uma preocupação para que não haja uma concentração de mercado, para que o Porto de Santos não fique dependente de grandes grupos econômicos", disse o ministro. Costa Filho, porém, afirmou que estava aguardando oficialmente a manifestação da Antaq, não citando que já havia decisão do órgão encaminhada à pasta.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/05/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

EQUATORIAL COLOCA ATIVOS À VENDA NO NORDESTE E REESTRUTURA FOCO ESTRATÉGICO

A operação da Equatorial está sendo conduzida pelo Bradesco BBI e reflete uma guinada estratégica **Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br**



Os parques eólicos tiveram a concessão revogada sem penalidades. Foto: Pixabay

A Equatorial Energia deu início a uma reestruturação significativa de portfólio, com foco em ativos considerados mais estratégicos e rentáveis. Nesse movimento, dois importantes complexos eólicos localizados no Nordeste foram colocados à venda: Ventos de São Clemente, em Pernambuco, e Ventos de Tianguá, no Ceará. Ambos integram a operação da Echoenergia, adquirida pela Equatorial em 2021, e são considerados ativos-chave do setor de renováveis da

companhia.

A operação da Equatorial Energia está sendo conduzida pelo Bradesco BBI e reflete uma guinada estratégica, como noticiou o Valor Econômico. A empresa busca reduzir seu endividamento, que alcançou R\$ 44,1 bilhões no primeiro trimestre de 2025, ao mesmo tempo em que concentra recursos em negócios de maior retorno.

Outro desinvestimento relevante é a venda da Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA), primeira aposta da Equatorial no setor de água e esgoto. A concessão foi obtida em 2021 por meio de uma proposta agressiva, com outorga de R\$ 930 milhões, além de investimentos adicionais de R\$ 880 milhões. Com prejuízo de R\$ 201,9 milhões acumulado em 2024, o ativo passou a ser classificado como "não estratégico" após a entrada da Equatorial no processo de privatização da Sabesp, onde adquiriu 15% de participação.

Meta da Equatorial

A decisão marca um redirecionamento no posicionamento da companhia no setor. A meta, segundo o presidente Augusto Miranda, é transformar a Equatorial na principal plataforma nacional de saneamento do grupo, focando em operações com escala e potencial de rentabilidade.

No setor de energia renovável, o cenário atual impõe desafios. O aumento dos cortes de geração ("curtailment") pelo ONS vem reduzindo a atratividade dos parques eólicos. Aliado à retração do

mercado de capitais e à alta alavancagem da empresa, isso pressiona a Equatorial a buscar capitalização via desinvestimentos e até aumento de capital.

Os parques eólicos no Nordeste ainda representam oportunidades para investidores do setor, embora o contexto atual exija cautela. A movimentação da Equatorial evidencia a tendência de consolidação e seletividade nos investimentos em infraestrutura no país.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 28/05/2025

ÁLVARO PORTO FAZ DURO ATAQUE À TÁTICA DO GOVERNO DE ESVAZIAR PLENÁRIO DE NOVO

Crise entre Alepe e governo se intensifica após novo esvaziamento do plenário. Presidente Álvaro Porto alerta para gripe aviária

Por Márcio Didier - De Recife marcio.didier@movimentoeconomico.com.br



Alertando para o risco da gripe aviária, o presidente da Alepe, Álvaro Porto, cobrou do Governo quórum para aprovar nome da Adagro Foto: Nando Chiappetta/Alepe

A relação entre o Governo de Pernambuco e a Assembleia Legislativa (Alepe), que já estava ruim, piorou muito na tarde desta terça-feira (27). Depois de mais uma sessão esvaziada pela bancada governista, o presidente da Casa, deputado Álvaro Porto, responsabilizou o Executivo estadual pela ausência dos parlamentares no plenário durante a sessão da tarde, impedindo a votação da

indicação de Moshe Dayan para a presidência da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro).

Segundo o presidente da Alepe, a própria liderança do governo orientou a base a não comparecer ao plenário, inviabilizando o quórum necessário para a deliberação. Álvaro Porto citou mensagens enviadas pela deputada Socorro Pimentel, líder do governo, pedindo que os parlamentares se ausentassem da sessão. “Mais de cinco deputados me mostraram a mensagem da líder do governo pedindo para não virem ao plenário”, disparou.

Álvaro destaca risco de gripe aviária

A indicação de Moshe Dayan já foi aprovada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e está pronta para ser votada em plenário. O presidente da Alepe destacou que a nomeação é urgente, especialmente diante do avanço da gripe aviária em outros estados. Ele citou o caso do Governo de Minas Gerais, que decretou, nesta terça-feira (27), situação de emergência sanitária após a confirmação de caso de gripe aviária de alta patogenicidade em aves ornamentais.

“Com a gripe aviária batendo na nossa porta, o Governo de Raquel Lyra vira as costas para a cadeia aviária de Pernambuco e para as pessoas que trabalham no setor”, criticou Álvaro Porto. “Se a doença chegar aqui sem o presidente da Adagro nomeado, o único culpado é o governo do Estado de Pernambuco”, completou. Álvaro Porto: “Não sei que diálogo é esse”.

Pela manhã, parlamentares governistas participaram de um café da manhã no Palácio do Campo das Princesas, em que ficou definido que seria retomado o diálogo com o Legislativo. Para Álvaro Porto, no entanto, a atitude do governo contradiz qualquer tentativa de aproximação.

“O primeiro ato do grupo de diálogo foi esvaziar o plenário. Eu não sei que objetivo é esse. O governo indica o nome, a gente convoca extraordinária, e depois pede para esvaziar a sessão. Eu não sei que diálogo é esse”, afirmou o presidente da Alepe. “A gente está vendo um governo que não tem diálogo ou está perdido, sem saber para onde vai”, colocou Álvaro Porto.

O parlamentar também lembrou que a pauta da Alepe foi travada a pedido do próprio Executivo, o que vem impedindo o avanço de outras votações. “Se as coisas não estão andando, é culpa do governo. Dois anos e meio de mandato, e até agora não disse a que veio”, declarou Álvaro Porto, antes de solicitar a inclusão da indicação de Moshe Dayan na pauta desta quarta-feira (28).



Presidentes de comissões da Alepe questionaram dados sobre o empréstimo do Governo a Foto: Márcio Didier

Pedido ao TCU

O clima de tensão entre Executivo e Legislativo já vinha alterado desde a manhã, quando os presidentes de quatro comissões da Alepe — Constituição, Justiça e Legislação; Finanças; Administração; e Desenvolvimento Econômico — acusaram o Executivo de alterar cláusulas do contrato com a Caixa Econômica Federal sem informar previamente o Legislativo e de desvio de função em

contratação. Segundo os deputados Alberto Feitosa, Antônio Coelho, Waldemar Borges e Mário Ricardo, essa omissão fere a legislação estadual e configura desvio de finalidade.

O contrato assinado em julho de 2023 previa a aplicação dos recursos exclusivamente no Programa de Desenvolvimento Econômico e Social, incluindo projetos como o Arco Metropolitano e ações de segurança hídrica. No entanto, dois termos aditivos — datados de outubro de 2024 e abril de 2025 — teriam alterado os destinos dos valores, excluindo inclusive o anexo com a lista de ações elegíveis.

Os parlamentares apresentaram dados indicando que R\$ 611 mil foram usados na compra de softwares e serviços de instalação e treinamento na Secretaria da Casa Civil, valor originalmente destinado a outras finalidades. Também mencionaram tentativa de incluir no empréstimo a compra de evaporadoras de ar-condicionado para o gabinete da Governadora, posteriormente retirada do contrato após repercussão negativa.

A comunicação oficial dessas alterações à Alepe só teria ocorrido no último dia 22 de maio, quando parte dos recursos já havia sido executada. Até o momento, segundo os deputados, apenas R\$ 600 milhões dos R\$ 1,7 bilhão foram liberados, o que representa 35% de execução contratual, com 30% efetivamente empenhados, de acordo com os dados apresentados.

Para deputados, novo empréstimo excede limite fiscal

Os deputados fizeram alerta, ainda, para o novo pedido de empréstimo do Governo de Pernambuco, no valor de R\$ 1,513 bilhão, previsto no Projeto de Lei nº 2.692/2025. A quantia equivale ao total de espaço fiscal autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para 2025. No entanto, segundo eles, o Governo já possui R\$ 1,749 bilhão em autorizações legais anteriores, o que supera o teto estabelecido.



O deputado Antônio Coelho afirmou que a baixa execução dos valores já autorizados compromete a credibilidade de novos pedidos: “Essa tentativa de legitimar a urgência na tramitação do novo pedido de empréstimo pode ser resultado da ineficiência do Governo em executar os recursos já autorizados.”

Líder do Governo na Alepe, Socorro Pimentel divulgou nota em que afirma que o ato de esvaziamento “não foi de confronto, mas de afirmação” Foto: Roberto

Soares/Alepe

Governo confirma esvaziamento

Por volta das 21h, o Governo confirmou a orientação para esvaziar plenário. Após as críticas do presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Álvaro Porto, sobre o esvaziamento da sessão plenária desta terça-feira (27), a liderança do Governo do Estado confirmou que a bancada governista foi, de fato, orientada a obstruir os trabalhos. Em nota oficial assinada pela deputada Socorro Pimentel, líder do Governo na Alepe, o Executivo afirmou que a iniciativa teve como objetivo reagir a uma tentativa de atropelar a ordem de tramitação de matérias relevantes.

Segundo o texto, a obstrução foi um “gesto de afirmação” e não de confronto, com foco na preservação da harmonia entre os Poderes e no respeito às regras regimentais da Casa.

Leia a nota na íntegra:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

- A liderança do Governo na Assembleia Legislativa de Pernambuco exerceu plenamente sua legitimidade ao orientar a bancada governista a obstruir a sessão plenária desta terça-feira (27). A iniciativa foi uma resposta firme e necessária diante de mais uma tentativa de atropelar a ordem de tramitação de matérias relevantes, reafirmando o compromisso da base aliada com o respeito às regras, à institucionalidade e à equidade no tratamento de todos os projetos em pauta.
- É fundamental que todas as matérias recebam o mesmo grau de atenção e prioridade, desde a sabatina do indicado pelo Governo do Estado para administrar Fernando de Noronha até a análise do empréstimo de R\$ 1,5 bilhão, que tem impacto direto no desenvolvimento de Pernambuco.
- Nosso gesto de hoje não foi de confronto, mas de afirmação. Acreditamos que o Parlamento deve ser o espaço por excelência do diálogo democrático, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, e onde a harmonia entre os Poderes seja preservada com responsabilidade e espírito público.
- O presidente da Alepe, deputado Álvaro Porto, exerce um papel institucional de grande relevância. Esperamos e confiamos que sua liderança siga sendo instrumento de mediação, construção de consensos e defesa dos interesses do povo pernambucano.
- A bancada governista permanece aberta ao diálogo e seguirá trabalhando incansavelmente por um Pernambuco mais justo, moderno e eficiente.

Deputada Socorro Pimentel
Líder do Governo na Alepe

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 28/05/2025

BNDES FINANCIÁ USINA DA GÁS VERDE EM PERNAMBUCO COM R\$ 90,2 MILHÕES

Maior parte dos recursos para a unidade da Gás Verde em Pernambuco virão do Fundo Clima
Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Usina de biogás da Gás Verde em Igarassu que vai ser transformada em usina de biometano /Foto: Divulgação/Gas Verde

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R\$ 131,1 milhões em financiamentos para dois projetos sustentáveis da empresa Gás Verde. Um deles será implantado em Igarassu, na Região Metropolitana do Recife, e outro em Seropédica, no Rio de Janeiro.



Em Pernambuco, o investimento total na nova planta de produção de biometano será de R\$ 90,2 milhões. Desse montante, R\$ 72,2 milhões virão do Fundo Clima, um programa do governo federal voltado ao apoio de iniciativas que ajudam a combater as mudanças climáticas.

A planta de Igarassu irá purificar o biogás gerado pelo aterro sanitário local, transformando-o em biometano — um gás renovável que pode ser usado em diversas aplicações industriais e comerciais. A previsão é produzir cerca de 45.600 metros cúbicos por dia. Durante a obra, serão gerados 60 empregos, e outros 15 postos de trabalho serão mantidos após o início da operação.

Operação com biometano

A Gás Verde iniciou a construção de uma planta de biometano este ano para substituir a térmica a gás natural no Centro de Tratamentos de Resíduos CTR Igarassu, que é gestora do aterro. A previsão é de que o início da operação ocorra no segundo semestre de 2026.

A Gás Verde opera a planta de biogás, mas não pertence a mesma empresa que gerencia o CTRN Igarassu. A planta de biometano terá capacidade para produzir 38 mil metros cúbicos por dia. O produto será usado por indústrias da região que pretendem descarbonizar as suas atividades e frotas da região.

Unidade da Gás Verde no Rio

Já no Rio de Janeiro, será construída a primeira usina de “CO₂ verde” do Brasil. Essa unidade vai reaproveitar o gás carbônico (CO₂) gerado no processo de produção de biometano, purificando-o para uso comercial, inclusive em alimentos e bebidas. O projeto terá investimento total de R\$ 51,3 milhões, sendo R\$ 17,1 milhões financiados também pelo Fundo Clima. A planta deve começar a operar em julho e alcançar a capacidade total em agosto, com produção estimada de 100 toneladas por dia.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, os dois projetos estão alinhados aos compromissos do governo federal com a transição energética e o combate às mudanças climáticas. “Um evita a emissão de metano, que é 25 vezes mais nocivo que o CO₂ para o aquecimento global, e o outro reaproveita o gás carbônico, transformando-o em produto de valor comercial”, explicou.

A Gás Verde, responsável pelos dois empreendimentos, é a maior produtora de biometano da América Latina. Presente em seis estados brasileiros, a empresa fornece gás renovável para grandes indústrias, como Ambev, Nestlé e Saint-Gobain. A meta é ampliar a produção para 650 mil metros cúbicos por dia até 2028.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 28/05/2025



Presidência da República

Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE RETOMADA DAS OPERAÇÕES DO PORTO DE ITAJAÍ (SC) NESTA QUINTA-FEIRA (29)

Serão anunciados investimentos para modernização e ampliação da capacidade do porto. O evento contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Nesta quinta-feira (29), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, estará em Santa Catarina para participar, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da cerimônia de retomada das operações do Porto de Itajaí. Durante o evento, está previsto o anúncio de investimentos voltados à infraestrutura e à modernização do porto, que está sob gestão do Governo Federal desde janeiro deste ano.



Os investimentos têm como foco a modernização, a segurança, a eficiência logística e a ampliação da capacidade portuária. Com esses aportes, o governo pretende impulsionar a movimentação de cargas, gerar empregos e fortalecer a economia local.

Também participarão do evento o secretário nacional de Portos, Alex Ávila; o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos; e o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima.

Entre os principais projetos e seus valores estimados, destacam-se:

- Dragagem do canal do Rio Itajaí-Açu (16 m) – R\$ 90 milhões;
- Retirada do casco do navio Pallas – R\$ 23 milhões;
- Readequação do molhe de Navegantes – R\$ 64 milhões;
- Obras na bacia de evolução – R\$ 68 milhões;
- Adensamento da área do RAC – R\$ 45 milhões;
- Requalificação elétrica e de iluminação – R\$ 20 milhões;
- Contenção da margem do canal – R\$ 67 milhões;
- Novo scanner de raio X – R\$ 12 milhões;
- Píer para navios de cruzeiro – R\$ 300 milhões;
- Sistema VTMS (tráfego naval) – R\$ 65 milhões;
- Sistema SmartPorto (segurança e inteligência artificial) – R\$ 30 milhões;
- Monitoramento rodoviário e agendamento – R\$ 30 milhões;
- Modernização dos gates e integração com a Receita Federal – R\$ 30 milhões.

Credenciamento

Os profissionais de veículos de imprensa interessados na cobertura do evento devem se credenciar no sistema da Presidência da República. Aqueles que possuem credencial anual 2025 também precisam realizar o cadastro. As credenciais serão entregues no local do evento, das 14h às 15h. Recomenda-se a chegada com antecedência.

Serviço

O quê: Cerimônia de retomada das operações do Porto de Itajaí

Data: Quinta-feira, 29 de maio

Horário: 15h

Local: Porto de Itajaí – acesso pela Rua Benjamim Franklin Pereira, 70, bairro São João, Itajaí/SC

Credenciamento: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/credenciamento-de-imprensa/cobertura-de-viagens/credenciamento-para-a-viagem-do-senhor-presidente-da-republica-a-cidade-de-itajai-sc-1>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/05/2025

NOTA À IMPRENSA: RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA AZUL

Ministério dos Portos e Aeroportos acompanha com atenção o processo de recuperação judicial da companhia aérea

O Ministério dos Portos e Aeroportos acompanha com atenção o processo de recuperação judicial da companhia aérea Azul, iniciado nesta quarta-feira (28).

O MPor acompanha com confiança a reestruturação da empresa, acredita que a iniciativa será bem-sucedida e que, ao final desse processo, a companhia estará mais fortalecida, assim como ocorreu com outras aéreas brasileiras, como a Latam e, mais recentemente, a Gol.

O Ministério dos Portos e Aeroportos e o Governo Federal têm atuado para fortalecer o setor aéreo, monitorando todas as movimentações das companhias e oferecendo suporte institucional.

Dessa forma, o MPor reafirma a importância do setor aéreo para o desenvolvimento econômico, social e turístico do país, mantendo o empenho em fortalecer políticas públicas que incentivem a sustentabilidade e a competitividade das empresas do setor.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/05/2025

AVIAÇÃO + BRASIL CELEBRA PROGRESSO NO SETOR E PREMIA EMPRESAS E AEROPORTOS

Companhias aéreas e aeroportos foram premiados em seis categorias. Iniciativas voltadas à inovação, acessibilidade e resiliência também foram agraciadas



Evento que premiou destaques do setor aéreo reuniu ministros e autoridades em Brasília - Foto: Jonilton Lima/MPor

Autoridades e representantes do setor aéreo se reuniram em Brasília nesta terça-feira (27) para a 10ª edição do prêmio Aviação + Brasil. Realizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Agência Nacional de Aviação Aérea (ANAC) e o grupo Brasil Export, a premiação reconhece aeroportos e empresas aéreas que

se destacaram na prestação de serviços durante o ano de 2024.

Também foram homenageadas ações que prezam pela inovação e acessibilidade no setor aéreo. Nesta edição, foi criado o “Prêmio Resiliência”, voltado a iniciativas de superação de desafios no setor. A premiação contou com a presença dos ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, e das Mulheres, Márcia Lopes. Também participaram da cerimônia, a secretária-executiva do MPor, Mariana Pescatori, o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, o CEO do grupo Brasil Export, Fabrício Julião, além de demais autoridades do setor aéreo.

Além dos prêmios, o Aviação + Brasil celebrou o momento especial do setor, que apresenta forte crescimento no período pós-pandemia ao atingir, em 2024, a marca de 118 milhões de passageiros transportados e uma ocupação de 83,1% nas aeronaves, maior índice desde 2002.

Os aeroportos brasileiros devem receber até o final do próximo ano, aproximadamente, R\$ 10 bilhões em investimentos públicos e privados, voltados a melhorias da infraestrutura – que já podem ser percebidas na nota de satisfação dos passageiros com os terminais aeroviários, alcançando um índice de 4,4 em uma escala que vai até 5.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou os investimentos para o fortalecimento do setor aeroviário. Entre eles, o programa AmpliAR, que busca solucionar desafios da aviação regional. Para o ministro, os investimentos em 2024 impulsionaram a retomada do setor após a pandemia de Covid-19 gerando crescimento no turismo internacional e nacional, emprego e renda e fortalecendo a agenda de concessões do país.

“O maior programa social do país é o emprego e a renda para a população. É isso que traz dignidade e traz felicidade para as pessoas. E na medida que a gente avança no fortalecimento do número de passageiros viajando pelo Brasil, estimula o crescimento do setor de serviços, do setor terciário e movimenta a roda da economia brasileira”.

De acordo com o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, a premiação é mais que uma celebração de resultados. “É o reflexo de um esforço coletivo entre o governo, setor privado e



sociedade para garantir que os aeroportos brasileiros ofereçam experiências cada vez mais eficientes, humanas e acessíveis para todos os passageiros”.

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, lembrou que a Aviação + Brasil deu origem a outras premiações, como a do setor portuário. “A melhor forma de fazer com que as empresas melhorem cada vez mais, revolucionando o setor, é a partir de selos e premiações. Fizemos uma premiação de gênero no setor portuário e a ideia é criarmos isso também para ter mais setores. Na COP 30 vamos entregar as premiações.”

O secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, lembrou a importância do ano de 2024 para o fortalecimento da aviação brasileira, marcado por recorde de passageiros e de investimentos e citou os investimentos previstos para 2025 e 2026. “Quando a gente fala em bilhões em investimentos a gente sempre está cuidando das pessoas. Nós queremos que os passageiros que transitam pelos nossos aeroportos possam receber um serviço à altura do povo brasileiro”, ressaltou.

Para o diretor-presidente substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Roberto Honorato, o prêmio é um chamado à ação. “Trata-se de um convite para que todas as empresas, cada profissional do setor, cada um de nós reflitamos sobre o papel que desempenha a construção de uma criação mais humana, mais inclusiva e mais acessível para todos os brasileiros. Que todas as iniciativas premiadas hoje, que inspirem também outras empresas a avançarem nos próximos anos de sentido”, salientou.

O CEO da Aeroportos do Brasil, Fábio Rogério destacou a importância do trabalho conjunto para o sucesso do setor. “Embora a ideia de uma premiação traga uma ideia de competitividade, eu acho que a mensagem principal dessa noite é de convergência, de colaboração. É impossível voar sozinho. O setor está pronto para celebrar conquistas em pautas significativas e enfrentar questões sensíveis e fundamentais para a aviação brasileira”.

Confira os premiados da 10ª edição do prêmio Aeroportos + Brasil

- Prêmio Resiliência – Aeroporto Salgado Filho (Porto Alegre)
- Prêmio Inovação e Sustentabilidade (Empresa Aérea) – implantação da rampa de acesso à aeronave Gol Linhas Aéreas
- Prêmio Inovação e Sustentabilidade (Operador Portuário) – planejamento e uso de dados para melhorar a eficiência do atendimento da empresa Aena
- Prêmio Voa Brasil – Gol Linhas Aéreas
- Melhor Aeroporto Regional do Sudeste – Aeroporto de Uberlândia (MG)
- Melhor Aeroporto Regional do Sul – Aeroporto de Cascavel (PR)
- Melhor Aeroporto Regional do Centro-Oeste/Norte – Aeroporto de Sinop (MT)
- Melhor Aeroporto Regional do Nordeste – Aeroporto de Campina Grande (PB)
- Aeroporto Regional Mais Brasil – Aeroporto de Cascavel (PR)
- Aeroporto Mais Pontual até 5 milhões de passageiros – Aeroporto de Maceió (AL)
- Aeroporto Mais Pontual entre 5 milhões e 10 milhões de passageiros – Aeroporto do Recife (PE)
- Aeroporto Mais Pontual mais de 10 milhões de passageiros – Aeroporto de Brasília (DF)
- Empresa Aérea Mais Pontual – Latam Airlines Brasil
- Melhor Aeroporto até 5 milhões de passageiros – Aeroporto de Florianópolis (SC)
- Melhor Aeroporto entre 5 milhões e 10 milhões de passageiros – Aeroporto de Curitiba (PR)
- Melhor Aeroporto mais de 10 milhões de passageiros – Aeroporto de Campinas (SP)
- Empresa Aérea Mais Brasil – Azul Linhas Aéreas
- Aeroporto Mais Brasil – Aeroporto de Florianópolis (SC)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/05/2025

GOVERNO E SETOR PRIVADO DEBATEM MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA E DESCARBONIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

Evento promovido pela empresa Cosan reuniu autoridades e especialistas para discutir a integração logística, marcos regulatórios e combustíveis sustentáveis no setor portuário



Encontro reuniu representantes dos setores público e privado para debater o desenvolvimento dos terminais brasileiros - Foto: Vosmar Rosa/MPor

Soluções para a modernização da infraestrutura portuária e a promoção de uma logística mais sustentável foram temas centrais do projeto “Diálogos Institucionais”, realizado nesta segunda-feira (27) pela Cosan, em Brasília. O encontro reuniu representantes dos setores público e privado para debater os principais desafios e caminhos para o desenvolvimento dos terminais

brasileiros e a descarbonização do transporte marítimo.

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Mariana Pescatori, ressaltou a importância do diálogo permanente entre governo e iniciativa privada e afirmou que as soluções para o setor partem dessa parceria. “A construção de soluções conjuntas é fundamental para impulsionar a modernização da infraestrutura portuária e garantir uma logística mais eficiente e sustentável”, afirmou.

Um dos destaques do evento foi o Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina. O debate foi com ênfase na infraestrutura destinada ao escoamento de grãos líquidos, incluindo combustíveis fósseis e biocombustíveis. A integração logística entre o Terminal de Grãos Líquidos da Alamoá, a Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão e o Terminal Marítimo Almirante Barroso, em São Sebastião, foi apresentada como um exemplo de eficiência e conectividade.

A descarbonização do transporte marítimo ocupou posição central no debate, impulsionada pelas novas diretrizes do IMO Net-Zero Framework, que orientam a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor e incentivam o uso de combustíveis alternativos, como biodiesel, etanol e metanol verde.

Além das questões ambientais, foram discutidos avanços importantes no campo do licenciamento. Entre eles, destaque para a criação da Licença por Adesão e Compromisso para empreendimentos de baixo impacto, bem como a necessidade de unificação e harmonização da legislação ambiental nos âmbitos federal, estadual e municipal, de modo a conferir maior previsibilidade e segurança para os investimentos.

Os participantes também reforçaram a relevância de ampliar os investimentos em infraestrutura portuária para garantir a competitividade do Brasil no comércio exterior. Nesse contexto, a concessão do Canal de Acesso do Porto de Santos foi apontada como um projeto estratégico, com potencial para melhorar significativamente a eficiência das operações e impulsionar o desenvolvimento logístico e econômico da região.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 28/05/2025

MOVIMENTO NOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DA REGIÃO SUL CRESCE 6,2% EM 2025

Entre janeiro e abril deste ano, 7,2 milhões de pessoas passaram pelos cinco aeroportos mais movimentados da região



Aeroporto de Florianópolis teve o maior aumento no volume de passageiros - Foto: Julio Cavalheiro/Divulgação

Os cinco principais aeroportos da região Sul do Brasil receberam, entre embarques e desembarques, 7,2 milhões de passageiros nos primeiros quatro meses de 2025, em voos domésticos e internacionais. O número representa um crescimento de 6,2% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram registrados 6,7 milhões de passageiros. As informações são do

Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa, o aumento da movimentação na região Sul é reflexo do aquecimento da economia. “Estamos em um momento histórico de recuperação, com previsão de crescimento do PIB acima de 2% e menor índice de desemprego já registrado no país. Na região Sul, a retomada da operação do Aeroporto Salgado Filho, com retorno de voos internacionais, deve melhorar ainda mais a taxa de movimentação, sobretudo no inverno”, ressaltou.

O Aeroporto Internacional de Florianópolis, capital de Santa Catarina, apresentou o maior índice de crescimento. Entre janeiro e abril de 2024, foram 1,4 milhão de passageiros, 381 mil a menos que em 2025, quando alcançou 1,8 milhão – um aumento de 26%.

“O aumento de passageiros registrado no Aeroporto de Florianópolis se deve especialmente ao apoio que o terminal ofereceu durante o trabalho de recuperação do estado vizinho do Rio Grande do Sul após as chuvas de maio do ano passado. Uma rede aérea emergencial foi criada para que insumos, donativos e passageiros pudessem ser transportados na região e, dessa forma, mitigar os efeitos provocados pelo fechamento temporário do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre”, explicou a diretora de Gestão Estratégica da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Thairyne Oliveira.

A recuperação do terminal gaúcho – realizada em tempo recorde pelo Governo Federal ao lado do Governo do Estado, Prefeitura e gestão aeroportuária – demonstra sua importância para a economia regional. Fortemente atingido pelas enchentes de 2024, a unidade aeroportuária ficou fechada até outubro daquele ano. A reabertura completa ocorreu em dezembro. A recuperação envolveu mais de 70 contratos firmados e uma média de 700 trabalhadores. Ainda assim, o aeródromo lidera o ranking regional e figura como nono no ranking nacional, com 2 milhões de passageiros em 2025. Entre janeiro e abril do ano passado, foram 2,2 milhões.

O Aeroporto Internacional de São José dos Pinhais – o principal do estado do Paraná, a 18 quilômetros da capital, Curitiba – teve aumento de 6%, com 1,8 milhão de passageiros, contra 1,7 milhão nos primeiros quatro meses do ano anterior.

Também no Paraná, o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu recebeu 735 mil passageiros, 9,2% a mais do que os 673 mil que passaram pelo terminal entre janeiro e abril de 2024. O turismo de natureza destaca-se na região, que conta com atrações como as Cataratas do Iguaçu, a Usina de Itaipu e o Parque das Aves. Foz do Iguaçu fica no extremo oeste do estado, na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Já o Aeroporto Internacional de Navegantes (SC) recebeu 719 mil passageiros, cerca de 9 mil a mais que no mesmo período de 2024. A unidade é próxima a Balneário Camboriú, um dos principais polos turísticos do estado, e do maior parque temático da América Latina, o Beto Carrero World, além de ser próximo a municípios que compõem o chamado Vale Europeu Catarinense.

Setor aquecido no inverno

A expectativa é de que, com a queda nas temperaturas durante o inverno, o turismo aqueça o setor aeroviário, gerando mais empregos e renda. Em 2019, antes da pandemia de Covid-19, os cinco principais aeroportos do Sul receberam 7,5 milhões de passageiros entre os meses de junho e agosto e a previsão para este ano é de que essa marca seja superada.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/05/2025

SILVIO COSTA FILHO DEFENDE DESCENTRALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL, NO PROGRAMA BOM DIA, MINISTRO

Em entrevista a rádios do País, o ministro listou a robusta carteira de projetos do Brasil e disse que o País é importante player na atração de investimentos



Silvio Costa Filho defendeu a descentralização e o fortalecimento da infraestrutura regional de portos, aeroportos e hidrovias - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, defendeu nesta terça-feira (27), em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro!, a descentralização e o fortalecimento da infraestrutura regional de portos, aeroportos e hidrovias. No programa, que contou com a participação de várias rádios de todas as regiões do País, o ministro listou a robusta carteira de investimentos do Brasil no setor e avaliou que o País

atravessa um ótimo momento que o coloca como um importante player na atração de investidores internacionais.

“O Brasil vive um excelente momento do ponto de vista internacional, abriu mais de 340 novos mercados, e o mundo tem observado o Brasil como a grande janela de oportunidades”, afirmou o ministro. “O Brasil está crescendo sob a liderança do presidente Lula. Estou muito confiante que este ano vamos crescer quase 3%, ou até mais, e vamos terminar o ano também com o menor desemprego da história”, acrescentou.

Silvio Costa Filho ressaltou que o Brasil tem a maior carteira de projetos da história, com a previsão de realizar 60 leilões entre 2023 e 2026, com investimentos de R\$ 30 bilhões de reais. Diante disso, o ministro afirmou que existe um forte apetite de empresas estrangeiras para participar de leilões que serão realizados neste ano, como o do Túnel Santos-Guarujá, que será o maior túnel submerso da América Latina.

“Nós estamos fazendo, nos quatro anos do governo Lula, investimentos na ordem de R\$ 10 bilhões”, disse o ministro sobre o Porto de Santos, referindo-se a R\$ 6 bilhões do túnel e R\$ 5 bilhões sobre o terminal de contêineres, o Santos 10, que vai dobrar a capacidade do Porto de Santos. “Estamos acelerando isso, porque quando há um grande investimento no setor portuário, isso gera emprego e renda e movimenta a economia daquela área”, acrescentou.

Entre os empreendimentos, estão também os quatro terminais do segundo bloco de leilões portuários, com valor total de R\$ 1,03 bilhão. O novo bloco engloba quatro terminais nos seguintes portos: Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Vila do Conde (PA) e Maceió (AL). “São leilões no Nordeste brasileiro, no Norte do país, no Rio Grande do Sul, na região da Amazônia Legal. Então, tudo isso vai descentralizar o setor portuário e, mais do que isso, vai gerar emprego e fortalecer a economia em todas essas regiões do país. É uma prioridade do nosso governo”, afirmou.

No setor aéreo, a descentralização também está entre os principais projetos. Silvio Costa Filho citou o programa AmpliAr, que será lançado pelo MPor e tem como objetivo expandir a infraestrutura aeroportuária brasileira com foco em regiões onde o modo aeroviário tem papel importante no desenvolvimento local. “O que nós estamos fazendo agora é aumentando, através do Ampliar, esses

investimentos na aviação regional, porque com o crescimento do turismo de lazer e com o crescimento do turismo de negócios, a gente precisa cada vez mais fortalecer essa aviação regional”, acrescentou.

Sobre o setor hidroviário, o ministro comentou também a concessão, nesta segunda-feira, pelo Ibama, da licença ambiental que deverá viabilizar a navegabilidade na hidrovia do rio Tocantins, uma das principais vias de transporte sustentável entre o Centro-Oeste e o Norte brasileiro. A licença permite intervenções em determinados trechos do rio para efetivar o derrocamento do chamado Pedral do Lourenço, formação rochosa no fundo do rio que restringe a passagem segura de embarcações de carga.

Costa Filho comentou ainda as iniciativas do MPor de inclusão, como a instalação de salas multissensoriais em aeroportos, para acolhimento de passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o intuito de reduzir o estresse provocado pelo ambiente do terminal aéreo.

Outra medida ressaltada pelo ministro foi a campanha Assédio Não Decola, alinhada ao objetivo do Governo Federal de fortalecer políticas que promovam ambientes de trabalho seguros, respeitosos, inclusivos e com equidade de gênero. O Guia de Combate ao Assédio no Setor da Aviação Civil foi lançado semana passada pelo MPor em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 28/05/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RISCOS CLIMÁTICOS JÁ AFETAM 8% DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ALERTA SUBSECRETÁRIO DE SUSTENTABILIDADE DO MT EM EVENTO INTERNACIONAL



Cloves Benevides falou sobre riscos e soluções dentro da temática, durante workshop promovido pela pasta em parceria com a ONU e a ANTT, sobre resiliência no setor de transportes

Evento promovido pelo Ministério dos Transportes reúne representantes de diversos países e instituições parceiras - Foto: Michel Corvello/MT

Começou nesta terça-feira (27), em Brasília, o workshop “Construindo a Resiliência da Infraestrutura de Transporte na América Latina”, promovido pelo Ministério dos Transportes (MT) em parceria com a Coalizão para Infraestruturas Resilientes a Desastres (CDRI), vinculada à ONU, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O evento reúne representantes de governos e especialistas de diversos países até quinta-feira (29), com foco em soluções para enfrentar os impactos das mudanças climáticas sobre a infraestrutura de transportes.

O subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, refletiu sobre a tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul e questionou se o Brasil, de fato, aprendeu a planejar melhor após o ocorrido. Ele alertou que cerca de 8% da infraestrutura de transportes sofre anualmente com os impactos das mudanças climáticas, o que exige uma mudança de postura. “É um desafio, mas também uma oportunidade para repensar o modelo econômico e a capacidade do país de enfrentar eventos extremos”, afirmou.



Da mesma forma, o secretário-executivo do MT, George Santoro, destacou a relevância do tema da resiliência da infraestrutura diante das mudanças climáticas, especialmente em um cenário global cada vez mais impactado por eventos extremos. Segundo ele, “as mudanças climáticas têm afetado diretamente a locomoção das pessoas”, e o Brasil tem sentido esses efeitos de forma recorrente, assim como outros países da América Latina.

Desafios para a América Latina

Segundo o Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED), a América Latina enfrentou mais de 400 grandes eventos naturais entre 2010 e 2020, com prejuízos que ultrapassam bilhões de dólares. Tempestades, secas e inundações comprometem estradas, ferrovias, portos e aeroportos, estruturas vitais para o desenvolvimento regional, elevando os custos com manutenção e recuperação.

A diretora de Pesquisa, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento de Capacidades da CDRI, Ranjini Mukherjee, destacou que investir em infraestrutura resiliente é uma necessidade urgente. “A maior parte da infraestrutura necessária até 2050 ainda precisa ser construída, o que nos dá a chance de fazer certo desde o início e colher os benefícios da resiliência. Assim, é possível transformar riscos em resiliência e obter o chamado 'dividendo da resiliência', que, segundo a diretora, seria um conjunto de benefícios abrangentes resultantes de investimentos em infraestruturas preparadas para enfrentar desastres”.

Já o diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, sublinhou que as mudanças climáticas representam uma urgência do presente. Mais do que discutir os impactos financeiros ou os obstáculos da resiliência climática, é fundamental entender como direcionar ações e implementar regulações que incentivem soluções práticas. “Temos caminhado no sentido de uma regulação que vai além das normas e legislações, incentivando nossos regulados nos quatro modais: rodovias, ferrovias, cargas e passageiros, a adotarem uma postura proativa no enfrentamento desses desafios”, completou.

Impacto no setor de transportes

A pasta tem adotado medidas concretas para impulsionar a sustentabilidade na infraestrutura nacional. Entre elas, a Portaria nº 622/2024, que destina 1% da receita bruta das concessões rodoviárias federais a ações de resiliência climática, e a Portaria nº 689/2024, que exige compromissos ambientais em projetos financiados por debêntures incentivadas. O Ministério também participa da construção da Taxonomia Sustentável Brasileira, que orienta investimentos em projetos verdes.

Outros avanços incluem o relatório socioambiental e de viabilidade do Trecho do Meio da BR-319, desenvolvido com base em escuta das comunidades locais, além de iniciativas como o sistema “free flow” nos pedágios e testes com caminhões elétricos. O Ministério também atua na Política Nacional do Hidrogênio, incentivando tecnologias limpas para o setor.

Complementando esses esforços, a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) iniciou testes com caminhões elétricos de grande porte para avaliar sua viabilidade em rodovias de longa distância, reforçando o compromisso com a transição para um transporte mais sustentável.

Programação

Ao longo de três dias de evento, o debate promovido pelo Ministério dos Transportes inclui plenárias e sessões técnicas sobre financiamento, governança, riscos sistêmicos e especificidades dos diferentes modais. No encerramento, será apresentado o Modelo Global de Risco de Infraestrutura e Índice de Resiliência (GIRI), ferramenta inovadora que estima os riscos dos ativos de transporte frente a eventos climáticos e geológicos, com foco na redução de vulnerabilidades e no planejamento estratégico.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 28/05/2025



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – MERCADO AEROPORTUÁRIO: AVANÇOS E OPORTUNIDADES

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A celebração do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, sobre o momento auspicioso da aviação civil brasileira, durante a entrega do Prêmio Aviação + Brasil, na noite dessa terça-feira, dia 27, em Brasília, ecoa um sentimento de recuperação e potencial de crescimento para o setor. Os números apresentados, relativos ao aumento do turismo nacional e internacional, bem como o ingresso de milhões de novos passageiros na aviação, sinalizam uma retomada vigorosa após os desafios impostos pela pandemia.

O reconhecimento do impacto do aumento do fluxo de passageiros não apenas no turismo, mas também na economia como um todo, demonstra uma compreensão da transversalidade do setor aéreo.

Outro ponto destacado por Costa Filho é a perspectiva de transformar os aeroportos brasileiros em complexos logísticos multifuncionais, conforme a revisão da Portaria 93, o que aponta para uma visão inovadora de aproveitamento das áreas aeroportuárias, indo além da tradicional operação de embarque e desembarque. A ideia de integrar serviços como comércio, entretenimento e educação nos aeroportos possui o potencial de gerar novas receitas e fortalecer economicamente esses polos.

Já a defesa do ministro pela ampliação do uso de aeronaves fabricadas no Brasil, especialmente da Embraer, revela uma preocupação com o fortalecimento da indústria nacional e a geração de empregos no País. O incentivo para que as principais companhias aéreas brasileiras aumentem a aquisição de aeronaves da Embraer demonstra um olhar estratégico para o desenvolvimento da cadeia produtiva da aviação.

O reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelas companhias aéreas, aliado ao otimismo quanto à sua recuperação com o apoio de iniciativas como o FNAC, sinaliza uma abordagem equilibrada e de suporte ao setor. Um ambiente regulatório favorável, com diálogo institucional entre o governo, a Anac e o TCU, é fundamental para a sustentabilidade e o crescimento da aviação brasileira.

Para consolidar esse momento positivo e garantir um futuro promissor para a aviação civil no Brasil, torna-se essencial a adoção de políticas públicas que aprimorem o modelo de negócios do setor aeroportuário. A maior exploração comercial das áreas aeroportuárias, transformando-as em verdadeiros hubs logísticos com uma variedade de serviços, pode gerar receitas adicionais e fortalecer financeiramente o segmento. Essa abordagem, aliada a um ambiente regulatório estável e ao apoio à indústria nacional, possui o potencial de impulsionar ainda mais o crescimento da aviação e seus benefícios para a economia brasileira.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/05/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - PRÓXIMA ETAPA DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 SERÁ NO TCU

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PRÓXIMA ETAPA: TCU 1

Após semanas de especulações e boatos, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) definiu seus critérios para o leilão do Santos Tecon 10, o megaterminal a ser construído no Porto de Santos. As regras defendidas pelo órgão regulador – divulgadas nessa terça-feira, dia 27 – estipulam restrições à participação de empresas “com participação no mercado relevante de contêineres” no cais santista, de modo a “mitigar ou evitar a possibilidade de concentração econômica e operacional”,

de acordo com relatório da Antaq sobre o caso. Mas esse cenário não está consolidado, podendo ser alterado quando for analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), próxima etapa do processo.

PRÓXIMA ETAPA: TCU 2

Lideranças empresariais e autoridades ouvidas pela coluna consideram que a Corte de Contas será decisiva para definir como será o leilão do Santos Tecon 10, podendo manter ou descartar as regras propostas pela Antaq. O processo não deve demorar para ser passado para o TCU, que deve começar a ser visitado tanto por grupos – políticos e econômicos – favoráveis às restrições como por aqueles que defendem sua exclusão.

GUERRA JUDICIAL

A adoção ou não de restrições à participação de empresas no leilão do Santos Tecon 10 será estratégica para a efetiva realização da concessão. Especialistas consideram que excluir grupos econômicos da disputa pode levá-los a recorrer à Justiça para garantir seu direito de disputar o megaterminal, uma batalha judicial que não deve ser concluída com brevidade e pode atrasar em anos a implantação da instalação portuária.

PRÓS E CONTRAS

Um experiente consultor do mercado portuário não escondia sua frustração diante da posição da Antaq em relação ao leilão do Tecon Santos 10. Ele pontuou que ter restrições para a participação na licitação da concessão contradiz posições adotadas pelo órgão regulador nos últimos anos. Também chamou a atenção para a argumentação apresentada no documento. O relatório da Agência traz argumentos que podem ser utilizados, em uma eventual disputa judicial, tanto pelos que defendem as restrições, como pelos que desejam uma disputa livre.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2025

PORTO DE SANTOS - LEILÃO DO TECON SANTOS 10 TERÁ FASES PARA EVITAR CONCENTRAÇÃO DE MERCADO

Modelo da Antaq busca preservar a competitividade no Porto de Santos e prevê investimentos superiores a R\$ 6 bilhões

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



O projeto do Tecon Santos 10 prevê a instalação do terminal na região do Saboó, em uma área de cerca de 622 mil metros quadrados, com aproximadamente 1.300 metros de cais

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiu adotar um modelo de licitação em duas fases para o arrendamento do Tecon Santos 10, novo megaterminal de contêineres do Porto de Santos (SP), com investimentos estimados em R\$ 6,45 bilhões. A proposta, formalizada no despacho que conclui a análise da Audiência Pública nº 06/2022, busca reduzir riscos de concentração de mercado e assegurar maior competitividade no maior porto do país.

A medida prevê que, na primeira etapa do certame, fiquem impedidos de participar os operadores já instalados no complexo portuário de Santos. Somente agentes econômicos que não detenham contratos nem participação societária em terminais de contêineres na região poderão apresentar propostas. Caso não haja interessados ou propostas válidas, será realizada uma segunda fase, aberta a todos os concorrentes, inclusive aos atuais incumbentes.

Segundo o despacho da Antaq, essa solução foi adotada após uma análise criteriosa das manifestações recebidas durante a audiência pública, que registrou mais de 500 contribuições. A



maior preocupação apontada foi o risco de práticas anticoncorrenciais, decorrentes da atuação de operadores verticalizados, ou seja, empresas que controlam simultaneamente navios, operações e terminais.

A agência destacou, em sua justificativa, que a modelagem da concessão não pode se pautar apenas pelo valor arrecadado, mas deve preservar e ampliar a concorrência no setor portuário. O arrendamento será decidido pelo critério de maior oferta pela outorga.

O projeto prevê a instalação do terminal na região do Saboó, em uma área de cerca de 622 mil metros quadrados, com aproximadamente 1.300 metros de cais. A capacidade projetada é de movimentar até 3,25 milhões de TEU por ano, além de 91 mil toneladas de carga geral. A previsão é de que o contrato de arrendamento tenha início em 2026 e o terminal atinja sua plena operação a partir de meados da próxima década.

Entre os ajustes incorporados após a audiência pública estão a revisão dos estudos técnicos, com atualização das projeções de movimentação com base em dados de 2024, a revisão do valor de investimento, adequações operacionais e financeiras, além do reforço de medidas para compensação ambiental.

Um dos pontos importantes mantidos na modelagem final é a obrigação de implantação do terminal de passageiros na região do Valongo, em Santos. A futura arrendatária deverá executar diretamente as obras, que incluem a construção de píer e laje, substituindo a previsão inicial de pagamento de outorga, numa medida que busca atender às políticas públicas de requalificação urbana e turística na área portuária.

A decisão da Antaq torna improvável, portanto, a participação de grandes operadores verticalizados que já atuam no Porto de Santos, como a Maersk e a MSC — sócias no terminal BTP — e a Santos Brasil, que foi adquirida pela CMA CGM. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, uma das interessadas seria a JBS Terminais, ligada ao grupo dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

Indenização

O despacho também definiu o valor da indenização a ser paga à atual arrendatária transitória, a Ecoporto, que foi revisto de R\$ 163 milhões para R\$ 307 milhões. O montante deverá ser depositado como salvaguarda para futura apuração e pagamento, assegurando a regularidade na transição do arrendamento.

O processo foi encaminhado ao Ministério dos Portos e Aeroportos e está pronto para seguir ao Tribunal de Contas da União (TCU), embora dependa de alinhamento final entre a diretoria da Antaq e outros órgãos do governo federal.

No despacho oficial, a agência reguladora esclarece que, embora os estudos concorrenciais tenham reconhecido riscos potenciais de concentração, a exclusão sumária de armadores não seria juridicamente recomendável, podendo os riscos ser mitigados por instrumentos regulatórios. A opção pelo modelo de duas fases foi considerada a mais equilibrada, assegurando o apetite pelo ativo e, ao mesmo tempo, preservando a competitividade no porto.

O processo agora segue para a Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários (CPLA), que tomará as providências para o envio ao TCU e posterior publicação do edital.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2025

PORTO DE SANTOS - TECON SANTOS 10: COSTA FILHO VAI ESPERAR ANÁLISE DO TCU

Em entrevista exclusiva ao BE News, ministro de Portos e Aeroportos comentou os critérios adotados pela Antaq para o leilão do megaterminal

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@redenews.com.br



Costa Filho vai discutir com sua equipe os critérios adotados pela Antaq para o leilão do Tecon Santos 10, divulgados pela Agência nessa terça-feira. Foto: Jonilton Lima/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, afirmou que irá esperar a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a concessão do Santos Tecon 10 (ou STS10), o megaterminal de contêineres e carga geral a ser instalado no Porto de Santos (SP), para, então, “ter uma posição mais clara” sobre a questão. “Nós temos que aguardar o Tribunal das Contas da União para a partir daí a gente ter uma posição mais clara. Essa primeira posição foi a da Antaq, que nós respeitamos, mas agora vamos encaminhar ao TCU e aguardar qual será o desfecho do processo”, disse.

NÓS TEMOS QUE AGUARDAR O TRIBUNAL DAS CONTAS DA UNIÃO PARA A PARTIR DAÍ A GENTE TER UMA POSIÇÃO MAIS CLARA. ESSA PRIMEIRA POSIÇÃO FOI A DA ANTAQ, QUE NÓS RESPEITAMOS, MAS AGORA VAMOS ENCAMINHAR AO TCU E AGUARDAR QUAL SERÁ O DESFECHO DO PROCESSO”

SÍLVIO COSTA FILHO
ministro de Portos e Aeroportos

A declaração foi dada por Costa Filho na noite de ontem, em entrevista exclusiva ao BE News, logo após a cerimônia de entrega do Prêmio Aviação+ Brasil, em Brasília, ao ser questionado sobre a decisão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) de realizar o leilão da instalação em duas etapas, adotando restrições à participação de empresas “com participação no mercado relevante de contêineres no Porto de Santos”. O critério adotado pelo órgão regulador foi divulgado oficialmente nessa terça-feira, horas antes da premiação.

Nas últimas semanas, as regras que seriam adotadas pela Antaq para esse leilão foram alvo de várias especulações. O próprio ministro de Portos e Aeroportos chegou a afirmar, há algumas semanas, que defendia uma licitação sem quaisquer restrições, liberando a participação de empresas atuantes no complexo marítimo santista na disputa pelo megaterminal.

Na noite de ontem, Costa Filho destacou que a decisão sobre o leilão “cabe à Antaq e ao próprio Tribunal de Contas da União”, mas pretende se reunir com sua equipe para avaliar os critérios definidos pelo órgão regulador. “A gente já vem analisando o processo (do Santos Tecon 10) há algumas semanas e aguardo uma leitura da Secretaria Nacional de Portos. Vamos estar, possivelmente, amanhã (hoje) com o próprio secretário nacional de Portos, Alex (Ávila, para tratar dessa pauta)”, declarou.

Sobre sua expectativa em relação à posição do TCU, Sílvio Costa Filho limitou-se a dizer que pretende “aguardar o tempo do Tribunal de Contas da União”, que é “um órgão extremamente respeitado, que entende a importância do Porto de Santos. A gente defende a competitividade, a gente tem trabalhado para fortalecer muito o crescimento dos portos. A gente tem trabalhado para cada vez mais globalizar os portos públicos do Brasil”.

Principal projeto de terminal portuário do segmento de contêineres no mercado brasileiro, despertando interesses inclusive internacionais, o Tecon Santos 10 será implantado no Cais do Saboó, na margem direita do complexo marítimo, em uma área de 621 mil metros quadrados. Com quatro berços e 1,3 quilômetro de cais, ele terá uma capacidade para operar 3,25 milhões de TEU



por ano e demandará investimentos de R\$ 6,45 bilhões por parte de seu arrendatário, durante os 25 anos do contrato de concessão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 28/05/2025

NACIONAL - ABTP COMEMORA CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARA MODERNIZAR MARCO LEGAL DOS PORTOS

Atualização da legislação busca segurança jurídica e modernização da infraestrutura portuária
Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) celebrou a instalação de uma comissão especial na Câmara dos Deputados para a análise do Projeto de Lei 733/2025, que propõe uma atualização no marco legal do setor. A proposta, voltada à revisão da Lei dos Portos (12.815/ 2013), busca criar um ambiente de negócios mais confiável, com maior segurança jurídica e sustentado nos princípios de eficiência, liberdade econômica e sustentabilidade.

Para a entidade, a decisão é um passo fundamental para garantir uma tramitação célere, criteriosa e qualificada da proposta, que é estratégica para o país.

A Comissão Especial foi criada na segunda-feira (26) pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Moa (Republicanos-PB). Para o presidente da ABTP, Jesualdo Silva, a medida representa um importante avanço na discussão sobre a nova legislação.

“Parabenizamos o presidente Hugo Moa pela sensibilidade e pela liderança em instalar uma Comissão Especial dedicada a discutir o novo marco legal dos portos. Trata-se de um projeto que precisa ser analisado com profundidade, mas também com agilidade, dada a urgência em destravar os investimentos no setor”, afirmou o presidente da ABTP.

Segundo Silva, o PL 733/ 2025 representa um avanço necessário rumo à modernização da atividade portuária no país. “Estamos falando de um projeto que pode trazer a segurança jurídica necessária para que os investimentos cheguem com mais liberdade ao setor. Precisamos remover algumas amarras históricas, como entraves de natureza trabalhista e o excesso de autorizações exigidas para novos aportes. A proposta é uma oportunidade concreta de alinhar o marco legal portuário às necessidades atuais do mercado e do Brasil”, destacou.

O presidente da ABTP também chama atenção para a importância da modernização do setor portuário no contexto do comércio exterior. Segundo o executivo, para que o Brasil capture as oportunidades da nova geopolítica internacional — como a realocação de cadeias produtivas, o aumento da demanda por alimentos e energia limpa, e a diversificação de fornecedores globais —, é essencial garantir infraestrutura eficiente e segurança jurídica.

Um estudo encomendado pela entidade aponta um cenário de forte expansão das operações logísticas brasileiras nos próximos anos. “Nossa projeção é que o fluxo comercial do Brasil cresça 5,7% a partir de 2026. Se isso se confirmar, podemos ter uma injeção de até R\$ 3 trilhões na economia em uma década. Mas esse crescimento só será possível se vermos um sistema portuário à altura dessa demanda, considerando que mais de 95% do nosso comércio exterior passa pelos portos”, completou o presidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 28/05/2025

REGIÃO SUL - GOVERNO DO ESTADO E FIEP DISCUTEM PARCERIA PARA PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ

Entre as propostas do projeto está a transição energética no setor e a implementação de práticas sustentáveis

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



O secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável, Rafael Greca, destacou que o projeto é alinhado às metas de neutralidade climática assumidas pelo Paraná até 2050 e reforça o compromisso do setor produtivo com a agenda ambiental global

O Governo do Paraná e o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) debateram a parceria que envolve o plano de Descarbonização da indústria paranaense, que está em fase de implantação pelo Sistema Indústria, que tem como objetivo em reduzir a pegada de carbono das atividades industriais do estado.

Segundo o Sistema Fiep, a proposta é promover a transição energética no setor industrial por meio da adoção de fontes renováveis, do aumento da eficiência no uso de recursos e da implementação de práticas produtivas sustentáveis.

O PRESIDENTE DA FIEP, EDSON VASCONCELOS, ENFATIZOU O CARÁTER ESTRATÉGICO DO PROJETO PARA FORTALECER A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PARANAENSE, ESPECIALMENTE DIANTE DAS EXIGÊNCIAS DOS MERCADOS INTERNACIONAIS

O secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável, Rafael Greca, destacou que o projeto é alinhado às metas de neutralidade climática assumidas pelo Paraná até 2050 e reforça o compromisso do setor produtivo com a agenda ambiental global.

“Projetos como esse mostram que o futuro verde da indústria está em construção no presente”, disse.

O presidente da Fiep, Edson Vasconcelos, enfatizou o caráter estratégico do projeto para fortalecer a competitividade da indústria paranaense, especialmente diante das exigências dos mercados internacionais.

“O projeto que queremos desenvolver em conjunto com o Governo do Estado busca nivelar as empresas, levando mais conhecimento, capacitação e incentivo para que realizem seus inventários e avancem na descarbonização. Temos uma pauta muito importante que é a rastreabilidade da descarbonização dos produtos paranaenses, especialmente observando as oportunidades que temos nos mercados mundiais e europeus”, afirmou Vasconcelos.

Durante o encontro, a comitiva do Governo do Estado conheceu o espaço Habitat Mobilidade, que também está em implantação, que reunirá empresas, startups, institutos de pesquisa, órgãos públicos e especialistas dedicados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à sustentabilidade e à mobilidade inteligente.

Entre os parceiros confirmados estão o Lactec, a Copel e cerca de 50 startups. A inauguração do espaço está prevista para o dia 11 de junho. O tour pelo local foi feito a bordo de um carrinho 100% elétrico, utilizado para o transporte interno no campus.

Outro assunto do encontro foi o Parque Tecnológico. Localizado dentro do Campus da Indústria, a estrutura, de 4 mil metros quadrados, é certificado como ambiente de inovação em operação e abriga centros de pesquisa, aceleradoras, habitats corporativos e de mobilidade inteligente, práticas ESG e transição energética.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 28/05/2025

REGIÃO SUL - PORTOS RS INTENSIFICA REPOSICIONAMENTO E SUBSTITUIÇÕES DE BOIAS NAS HIDROVIAS

Desde a última semana, Autoridade Portuária tem trabalhado para garantir segurança em trecho próximo ao Porto de Pelotas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



As peças danificadas foram levadas para a área de manutenção no Porto de Pelotas, onde passam por reparos e recebem nova pintura

A Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul, executou na última semana o reposicionamento de boias e de outros equipamentos de balizamento que estavam fora de posição ou desaparecidos nas hidrovias próximas a região do Porto de Pelotas. Os trabalhos de recuperação dos equipamentos servem para garantir a segurança da navegação no trecho.

Segundo informou a Autoridade Portuária, nos dias 22, 23 e 24, as equipes atuaram nos canais da Setia, São Gonçalo, Coroa do Meio e Feitoria, realizando serviços de substituição, restabelecimento e instalação de sinalização. Ao todo, 18 boias metálicas foram substituídas por novas unidades fabricadas em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), material mais resistente às intempéries e com maior durabilidade.

As boias que apresentaram avarias foram substituídas imediatamente por unidades novas ou já reformadas, de forma que a sinalização não seja interrompida durante a operação. No local das remoções, foram instaladas boias PEAD.

Boias hidrovias RS

As boias que apresentaram avarias foram substituídas imediatamente por unidades novas ou já reformadas, de forma que a sinalização não seja interrompida durante a operação. Foto: Divulgação

As peças danificadas foram levadas para a área de manutenção no Porto de Pelotas, onde passam por reparos e recebem nova pintura. Após esse processo, elas são renumeradas e ficam prontas para serem instaladas em outras posições que necessitem de substituição.

A expectativa é de que, em cerca de duas semanas, essas boias recuperadas estejam novamente prontas para voltar à água, no lugar de outras que exigem manutenção.

Conforme o cronograma da Portos RS, a partir desta terça-feira (27), as ações de reposicionamento continuam no Lago Guaíba, com foco nos canais Rio das Balsas, Gravataí, Cristal, Leitão, Belém e Itapuã.

Paralelamente, a equipe da Portos RS segue com a vistoria de equipamentos, atividade que permite o monitoramento constante das condições de conservação da sinalização náutica.

Vale lembrar que as boias e outros equipamentos de balizamento náuticos foram severamente danificados em razão das enchentes que atingiram o estado no ano passado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2025

NACIONAL - MINISTRO CELEBRA CRESCIMENTO DA AVIAÇÃO E PROJETA R\$ 15 BI EM INVESTIMENTOS

Silvio Costa Filho destaca retomada do setor após a pandemia, anuncia o programa Investe + Aeroportos e defende ampliação do uso de aeronaves da Embraer

Da Redação redacao.jornal@redenebnews.com.br

O ministro ressaltou que o aumento no número de passageiros movimentou o turismo e a economia brasileira, com impactos diretos no setor de serviços e no mercado de trabalho.

Foto: Daniel Moutinho

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que o país vive “um dos melhores momentos da aviação brasileira”, destacando a retomada do setor após o período mais crítico da pandemia de Covid-19. Ele fez esse destaque durante seu discurso na cerimônia de entrega do Prêmio Aviação + Brasil, realizada na terça-feira (27), em Brasília (DF).

Segundo ele, nos três primeiros meses de 2024, o turismo nacional registrou crescimento superior a 10%, enquanto o turismo internacional avançou mais de 14%, com mais de 2 milhões de estrangeiros viajando pelo Brasil. “Nós sabemos que, a cada quatro turistas que viajam pelo Brasil, um emprego é gerado. E eu digo sempre que o maior programa social do país é o emprego e a renda. É isso que traz dignidade e felicidade para as pessoas”, declarou.

O ministro ressaltou que o aumento no número de passageiros movimentou não apenas o turismo, mas também a economia brasileira, com impactos diretos no setor de serviços e no mercado de trabalho. “À medida que avançamos no fortalecimento do número de passageiros viajando pelo Brasil, estimulamos cada vez mais o crescimento do setor terciário e movimentamos a roda da economia brasileira”, afirmou.

Silvio Costa Filho citou uma conversa recente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que relatou os avanços do setor. “Quando ele assumiu, em janeiro de 2023, foram 98 milhões de passageiros viajando pelo Brasil. Em pouco menos de dois anos, já ingressaram mais de 20 milhões de passageiros na aviação do país. E, neste ano, nós esperamos mais de 5 milhões de brasileiros ingressando também”, disse.



Para ele, esse avanço não apenas fortalece o turismo, mas também “consolida a agenda das concessões no país”. O ministro enfatizou a mudança de paradigma no transporte aéreo brasileiro, deixando de ser apenas uma operação de origem e destino para se tornar uma rede de grandes hubs logísticos.

“Hoje temos grandes hubs logísticos no país. E é por isso que estamos revisando a Portaria 93, para dar mais segurança e previsibilidade para quem quer prover investimentos no país”, explicou. Segundo ele, a meta é transformar os aeroportos brasileiros em complexos logísticos multifuncionais. “Que vão desde uma Loja Americanas, um grande shopping, um grande restaurante, um bar, uma casa de shows, um centro educacional... Ou seja, aproveitarmos esse parque da aviação em hubs logísticos. Porque isso dialoga com a agenda econômica e do desenvolvimento do país”, completou.

Investe + Aeroportos

Durante o evento, o ministro anunciou o lançamento, previsto para junho, do programa Investe + Aeroportos. A iniciativa pretende atrair mais de R\$ 15 bilhões em investimentos para o setor nos próximos cinco anos. “Só em Belo Horizonte, em Confins, quase R\$ 2 bilhões de investimentos. Em Fortaleza, quase R\$ 1 bilhão de investimentos. Esse é, na minha opinião, um dos principais legados que vamos deixar para a aviação brasileira”, afirmou.

Silvio Costa Filho relatou ainda ter participado, naquele mesmo dia, de um almoço com as concessionárias de aeroportos, no qual propôs a construção, nos próximos meses, de um grande programa de planejamento para a aviação nacional. “Daqui a pouco eu não serei mais ministro, mas,

em qualquer posição em que estivermos, estaremos na torcida sempre pela aviação do país. Hoje eu sou um apaixonado pela aviação do país. Eu não tinha, como deputado federal, a compreensão do que isso representa para a economia brasileira”, admitiu.

Ele destacou a importância do diálogo e da unidade do setor, frequentemente visto com preconceito e que enfrenta muitas dificuldades. “O Congresso Nacional não tem dimensão do que representa essa agenda para o Brasil. Fico feliz por tentar colocar essa pauta na ordem do dia, pois ela é fundamental para o desenvolvimento do Brasil.”

Em seu discurso, o ministro defendeu ainda a ampliação do uso de aeronaves fabricadas no Brasil. “Não tem sentido 49% da aviação nos Estados Unidos serem operados por aviões da Boeing. Não tem sentido 48% da aviação na França serem operados por aviões Airbus. No Brasil, apenas 14% são operados por aviões da Embraer. Vocês, das concessionárias e todos que fazem a aviação brasileira, precisam acelerar o passo e fazer com que as aéreas brasileiras, sobretudo as três principais, que representam 98% do mercado, possam avançar na compra de aviões da Embraer, que são um ativo do Brasil.”

Otimismo

O ministro reconheceu as dificuldades enfrentadas pelas companhias aéreas no país, mas demonstrou otimismo com a recuperação do setor. “Mas Silvio, como é que vamos comprar avião se as aéreas estão em dificuldade?” Eu disse isso da Latam, da Gol e estou dizendo da Azul: as companhias aéreas brasileiras vão sair desse processo de dificuldade pós-pandemia muito maiores do que muitas empresas aéreas no mundo”, afirmou.

Ele lembrou que o governo criou o FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), um programa de financiamento com recursos da ordem de R\$ 4 bilhões, para ajudar na recuperação econômica das companhias. “Isso vai dar fôlego fiscal e econômico e fará com que essas companhias tenham sustentabilidade e possam fazer um planejamento de investimentos”, ressaltou.

Por fim, o ministro destacou o bom relacionamento institucional com órgãos como a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Tribunal de Contas da União (TCU), ressaltando o ambiente favorável ao crescimento do setor. “Acho que neste momento o Brasil nunca precisou tanto de unidade como está precisando”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2025

NACIONAL - CEO DO BRASIL EXPORT DESTACA AVANÇOS E CONFIANÇA NO SETOR AÉREO

Fabrizio Julião celebra mais de R\$ 10 bi em investimentos e o aumento no fluxo de passageiros durante cerimônia do Prêmio Aviação + Brasil

Por Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O CEO do Brasil Export, Fabrizio Julião, disse que o setor vive um momento de confiança e crescimento, evidenciado pelos mais de R\$ 10 bilhões em investimentos realizados. Foto: Daniel Moutinho

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrizio Julião, destacou os avanços e a confiança no setor aéreo brasileiro ao participar da cerimônia de entrega do Prêmio Aviação + Brasil, realizada na terça-feira (27), em Brasília (DF). Ele também homenageou autoridades e representantes do setor público e privado, ressaltando o momento positivo da aviação nacional.

Julião ressaltou que o setor vive um momento de confiança e crescimento, evidenciado pelos mais de R\$ 10 bilhões em investimentos realizados. “Contra números, não temos o que falar. Mais de R\$ 10 bilhões de



investimentos no setor. Isso demonstra toda a confiança do setor junto ao Ministério”, afirmou. Ele também celebrou o aumento no fluxo de passageiros: “Mais de 10 milhões de passageiros agora no mês de abril presentes nos aeroportos.” Para ele, esses resultados refletem o dinamismo do setor e a credibilidade conquistada junto aos investidores e à população.

Em seguida, Julião cumprimentou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a quem atribuiu “um trabalho brilhante junto ao setor”. Também saudou o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, presente ao evento. “Um grande prazer tê-lo aqui conosco neste momento tão importante para todo o setor da aviação”, afirmou.

O CEO estendeu a saudação a todas as autoridades presentes, fazendo referência especial ao “sempre senador Beto Martins”, atualmente secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina.

Julião também fez questão de homenagear três mulheres que, segundo ele, representam os demais presentes na cerimônia. Ele citou Mariana Pescatori, secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, elogiando sua atuação na recente tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul. “Fez um trabalho brilhante”, afirmou.

Na sequência, saudou Flávia Takafashi, diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), lembrando que ela é a primeira mulher a ocupar a diretoria da agência reguladora. E completou a homenagem mencionando Ingrid Zanella, primeira mulher a presidir a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Pernambuco. “Mulheres que representam todas as senhoras aqui presentes”, destacou.

O CEO agradeceu de forma breve à equipe liderada por Tomé Franca, secretário nacional de Aviação Civil. “Tomé tem feito um trabalho brilhante”, afirmou.

Por fim, Fabrício Julião celebrou o caráter festivo do evento, mas destacou que quem realmente ganha com os avanços do setor é a sociedade. “Hoje é uma noite de festa, de premiação, mas onde todo o setor é que ganha. A população ganha, o setor ganha”, disse.

Ao encerrar sua fala, ele agradeceu pela confiança depositada na parceria com o Brasil Export. “Neste momento, mais de 1.300 pessoas nos assistem pela TV BE News. Isso também demonstra toda a confiança no setor”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2025

NACIONAL - PRÊMIO AVIAÇÃO + BRASIL REFORÇA AVANÇOS EM INFRAESTRUTURA E REGULAÇÃO

Autoridades destacam investimentos, requalificação de aeroportos e evolução da governança em 2025

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebenews.com.br
e Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A 10ª edição do Prêmio Aviação Mais Brasil, realizada na noite desta terça-feira (27), em Brasília, foi marcada não apenas pela celebração dos melhores desempenhos do setor aéreo, mas também pelo reconhecimento institucional dos avanços estruturais e regulatórios da aviação civil brasileira.

Durante a cerimônia, o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, destacou que 2025 tem sido um ano decisivo para o setor, com recordes tanto em investimentos quanto em requalificação de aeroportos.

“Vivemos um ano muito importante, com recordes de investimentos públicos e privados por conta das concessões e tivemos também um recorde de entregas de requalificações de aeroportos. Ao final, o

que queremos é que os passageiros que transitam pelos nossos aeroportos possam receber um serviço à altura do nosso povo, o povo brasileiro”, afirmou.



O secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca



A secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori



O ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho

Para a secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, o reconhecimento público por meio de selos e premiações contribui para o fortalecimento da governança do setor. “Selos e premiações e o setor atuando junto faz com que tenhamos melhores regulações do setor. Reconhecer as práticas do setor é bastante relevante”, afirmou.

O ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, destacou que a pasta está conectada com o setor de aviação civil. “Sabemos que a conectividade digital é hoje uma parte essencial na experiência de quem viaja. Embarcar em um voo começa muitas vezes com o check-in online, passa por aplicativos de transportes, informações digitais nos terminais e termina com a mensagem enviada ao seu smartphone. Muitas vezes com wi-fi gratuito ofertado pelos aeroportos”.

Também discursaram o diretor de Negócios para Governos e Mercados do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), André Agatte; o CEO da Aeroportos do Brasil (ABR), Fábio Rogério Carvalho; o diretor comercial da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Tiago Faienstein; e o diretor-presidente substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Roberto Honorato.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 28/05/2025

BRASIL EXPORT - PRÊMIO AVIAÇÃO + BRASIL CONSAGRA AZUL E AEROPORTO DE FLORIANÓPOLIS

Edição 2025 destaca investimentos, inovação e satisfação dos passageiros em cerimônia realizada em Brasília

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebeneews.com.br

A Azul Linhas Aéreas Brasileiras e o Aeroporto de Florianópolis (SC) foram os grandes destaques da 10ª edição do Prêmio Aviação + Brasil, realizada na terça-feira (27), em Brasília (DF). Ambas repetiram o sucesso de 2024, conquistando os principais títulos de suas categorias: a Azul foi eleita Empresa Aérea + Brasil 2025, enquanto o aeroporto catarinense, administrado pela Zurich Airport, recebeu o prêmio de Aeroporto + Brasil 2025, a maior honraria entre os terminais do país.

Promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos, o prêmio reconhece os melhores serviços do setor aéreo nacional, com base na opinião dos passageiros e em indicadores objetivos de desempenho operacional. Nesta edição, foram avaliados 61 aeroportos e três companhias aéreas, em um processo que envolveu mais de 92 mil entrevistas.

Além dos principais vencedores, a cerimônia premiou empresas e aeroportos regionais e nacionais em categorias como pontualidade, inovação, acessibilidade e resiliência.



Representado pela Zurich Airport, o Aeroporto de Florianópolis foi o vencedor na categoria Aeroporto + Brasil 2025



Representantes da Azul Linhas Aéreas Brasileiras recebem o prêmio da categoria Empresa Aérea + Brasil 2025

A Gol Linhas Aéreas destacou-se na premiação ao vencer em três categorias: Inovação e Acessibilidade (pela implementação de rampa de acesso à aeronave), o programa Voa Brasil (que oferece passagens aéreas a preços populares) e ainda pelo destaque em inclusão no setor.

O evento aconteceu no espaço Vila Rizza, na Asa Sul, reunindo autoridades do setor aéreo, ministros de Estado e representantes da aviação civil brasileira.

Estiveram presentes o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho; o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias; e o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Marcelo Kanitz Damasceno. Também participaram líderes de empresas, órgãos e entidades como Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária); Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Aeroportos do Brasil (ABR); Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); Embraer; Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), além do Grupo Brasil Export.

Na edição anterior, realizada em 2024, o Aeroporto Internacional de Florianópolis foi eleito melhor aeroporto do país, enquanto a Azul Linhas Aéreas recebeu prêmios nas categorias companhia mais pontual e melhor avaliada pelos passageiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2025



A Braskem, petroquímica global que desenvolve soluções sustentáveis da química e do plástico para melhorar a vida das pessoas, concluiu a venda de polietileno (PE) circular, produzido a partir da reciclagem química, para o Grupo Copobras. É a primeira vez que a petroquímica comercializa tal resina circular na América do Sul e o material será utilizado pela Copobras para a produção de embalagens flexíveis no segmento de pet food.

O PE circular da Braskem, assim como todos os demais produtos circulares da companhia, integra o portfólio Wenum, que busca alavancar ainda mais o conceito de economia circular dentro da cadeia produtiva da química e do plástico. A matéria-prima usada na produção desta resina circular foi fornecida pela Neste, empresa finlandesa de refino. Em 2024, as duas companhias assinaram um acordo para o fornecimento de matérias-primas circulares e bio-circulares voltado à produção de resinas e produtos químicos.

“É o nosso primeiro case de reciclagem química na América do Sul. Tivemos a matéria-prima oriunda da parceria com a Neste, a nossa atuação na produção da resina circular e a venda para a Copobras. Esse é um grande marco da companhia na direção do desenvolvimento sustentável e da concretização da economia circular”, afirma Pier Pesce, gerente de desenvolvimento de negócios da Braskem na América do Sul.

A circularidade por meio da reciclagem química já é reconhecida pela Anvisa e tal processo produz monômeros de alta pureza, sendo indistinguíveis dos monômeros originais de origem virgem. Portanto, os materiais estão em total conformidade com a regulamentação aplicável para serem usados, sem a necessidade de autorização específica, em embalagens que entram em contato direto com alimentos. Isso é um grande avanço e diferencial, pois destrava uma gama abrangente de novas aplicações nas quais a reciclagem mecânica tem dificuldades de suprir por questões técnicas e de regulamentação.

Essa primeira venda na América do Sul concretiza as iniciativas da Braskem em prol da reciclagem química e na construção de um portfólio de produtos cada vez mais sustentáveis. Desde 2021, a companhia investe no tema, seja por meio de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias ou pela aquisição de matérias-primas circulares, produzidas via pirólise. Além disso, o PE circular, fornecido para o Grupo Copobras, possui certificação ISCC Plus, reiterando a qualidade e circularidade do produto.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 28/05/2025

ACELEN VAI INVESTIR MAIS R\$ 340 MILHÕES NA REFINARIA DE MATARIPE

Por João Paulo - 27/05/2025 11:00 - Atualizado 28/05/2025



Acelen, do fundo dos Emirados Árabes Unidos Mubadala Capital, prevê investir R\$ 340 milhões neste ano na Refinaria de Mataripe, como parte das atividades de manutenção e implementação de modernizações na unidade, disse o CEO Luiz de Mendonça. Os aportes se somam a investimentos de R\$ 3 bilhões nos últimos três anos, que permitiram um recorde no processamento de petróleo de 273 mil barris por dia (bpd) no primeiro trimestre deste ano.

O volume representa um aumento de 33% ante o refino médio de 205 mil bpd registrado na unidade quando ela foi comprada da Petrobras, em 2021, segundo o executivo. “(Hoje) é uma refinaria mais segura, muito mais eficiente”, disse Mendonça. A capacidade da unidade, quando foi comprada pelo Mubadala Capital, já era de mais de 300 mil bpd, mas o executivo ressaltou que não era possível chegar próximo desse patamar.

A previsão é que Mataripe eleve ainda em 20% a capacidade de produção de diesel até o início de 2026, ante o momento em que assumiu a unidade. Até agora, o ganho de produtividade do diesel pela gestão da Acelen já atingiu 14%, segundo o executivo.

Primeira refinaria nacional, que iniciou suas operações em 1950, Mataripe foi comprada pelo Mubadala por US\$ 1,65 bilhão, e é atualmente a segunda maior do Brasil, com 14% da capacidade total do país.

Aposta na macaúba

Já sobre os planos da Acelen Renováveis para construir uma biorrefinaria na Bahia, Mendonça afirmou que foi concluída a engenharia básica da planta e que a companhia está agora fazendo a estruturação financeira final do projeto, incluindo a parte de dívida e a parte de equity, sem dar detalhes.

A Acelen Renováveis, que também pertence ao Mubadala e é presidida por Mendonça, prevê investir US\$ 3 bilhões em sua primeira planta de biorrefino ao lado da Refinaria de Mataripe, mas completamente independente, com capacidade para produzir 1 bilhão de litros de biocombustíveis por ano.

Inicialmente, a Acelen planeja iniciar a produção de SAF e diesel renovável com óleo vegetal e gordura animal não comestível a partir de 2027. Depois, a partir de 2030, a previsão é passar a produzir combustíveis utilizando óleo de macaúba, considerada até 10 vezes mais produtiva por hectare plantado em comparação à soja, como já mostrou o InvestNews.

Dentro deste plano, a companhia prevê cultivar 180 mil hectares de macaúba na Bahia e em Minas Gerais, transformando pastagens degradadas em florestas produtivas, sendo que 20% das plantações do projeto serão compostas por parcerias com a agricultura familiar e pequenos produtores.

A Acelen iniciou neste mês o plantio de macaúba com a implantação da primeira fazenda-modelo na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, e prevê inaugurar nos próximos meses o Centro de Inovação Tecnológica Agroindustrial (Acelen Agripark), em construção em Montes Claros (MG).

Mendonça evitou falar sobre qual deve ser a estratégia do grupo em relação a eventuais novos sócios, uma vez que a decisão caberá ao Mubadala, mas adiantou que há muitos interessados em participar do projeto e que poderá ser necessário selecionar possíveis parceiros que agregariam ao negócio. (InvestNews)

Fonte: Bahia Econômica

Data: 28/05/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

FAZENDA FALA EM SE 'DEBRUÇAR SOBRE AS ALTERNATIVAS' AO AUMENTO DO IOF, APÓS PRESSÃO DE EMPRESÁRIOS E DO CONGRESSO

Haddad se reuniu com dirigentes dos maiores bancos privados do país; executivos apontam impacto no crédito. Dólar passa de R\$ 5,70, com incerteza sobre imposto

Por Bruna Lessa — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista sobre o bloqueio de gastos no Orçamento de 2025 — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

Diante da pressão do Congresso Nacional e agentes econômicos, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, admitiu nesta quarta-feira que a equipe econômica vai se "debruçar sobre alternativas" ao aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF).

O decreto foi anunciado na semana passada e o governo prevê arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões. No entanto, as incertezas em torno da medida — ampliadas pela declaração do secretário — seguem desestabilizando o mercado e, por volta das 13h20, o dólar chegou a subir 1,26% e superar o patamar de R\$ 5,70.

As falas de Durigan foram feitas após encontro do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de seus secretários e os dirigentes dos maiores bancos privados do país, liderados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

— Vamos nos debruçar sobre as alternativas. As alternativas que estão colocadas na mesa, tanto pela Febraban quanto pela minha própria equipe no ministério, para que a gente faça uma avaliação cuidadosa, séria, mas faça uma avaliação do que é melhor para o país neste momento — disse Durigan.

Segundo ele, o governo apresentou as premissas fiscais e regulatórias que embasaram o aumento do imposto.

— A gente está sempre aberto a discutir. Temos feito várias conversas, com vários setores e interessados dentro do governo. Hoje a Febraban nos traz o impacto das medidas no setor, de maneira legítima, bem racional, e detalhada — afirmou.

Efeito para pequena empresa

O presidente da Febraban classificou o impacto do aumento do IOF sobre o crédito como "severo", especialmente para micro, pequenas e médias empresas.

— Em operações de curto prazo, o custo efetivo total pode subir de 14,5% para até 40% ao ano. Em termos de taxa de juros, o impacto pode variar entre 3 e 8 pontos percentuais — explicou.

Ele destacou que o setor bancário tem consciência da necessidade de equilíbrio fiscal, mas discorda do caminho adotado.

— Estamos diante de uma situação em que o país precisa de finanças públicas equilibradas, e o setor entende isso. Mas acreditamos que esse equilíbrio não deve vir de aumento de impostos — sobretudo regulatórios, como o IOF — afirmou Sidney.

Sidney ainda informou que a entidade propôs alternativas de receita e cortes de despesas, que ainda serão discutidas tecnicamente com a equipe econômica. Os detalhes das propostas não foram divulgados.

Congelamento de gastos

Além da alta no IOF, o governo anunciou na semana passada um congelamento no Orçamento deste ano de R\$ 31,3 bilhões. Sem o aumento do IOF, o bloqueio de gastos orçamentários teria de ser maior. Da mesma forma, uma eventual alternativa precisaria cobrir todo o custo.

O decreto aumenta o imposto cobrado em transações como compra de moeda estrangeira, remessas ao exterior, operações de crédito e uso de cartão de crédito internacional. Na quinta, o Ministério da Fazenda recuou da taxa sobre envio de recursos de fundos ao exterior e a nova estimativa de receita ainda não foi revelada.

Além de Haddad, técnicos da Fazenda e do presidente da Febraban, participaram da reunião desta quarta os presidentes do Itaú Unibanco (Milton Maluhy Filho), Bradesco (Marcelo Noronha), Santander Brasil (Mario Leão) e BTG Pactual (Roberto Sallouti). A reunião ocorreu em Brasília a convite do ministro, após conversas prévias iniciadas na quinta-feira passada, quando a Fazenda publicou o decreto.

Desde a publicação do decreto, mais de 20 projetos foram apresentados no Congresso para anular o aumento. A pressão legislativa cresceu, e o governo tenta evitar que a medida seja derrubada. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), articula uma reunião entre Haddad e parlamentares para esta quarta-feira. A ideia é conter o avanço das propostas e evitar que a frustração de receita leve a um novo contingenciamento — com impacto direto em emendas parlamentares.

O secretário Dario Durigan, ainda pontou que se a medida for alterada haverá a necessidade de ajuste na execução orçamentária, o que pode afetar o bloqueio e contingenciamento anunciados na semana passada.

— Se essa medida do IOF for alterada, como foi na quinta-feira, ela traz um ajuste em termos de como você executa o orçamento. Isso pode trazer automaticamente para uma decisão nova do governo — disse.

A Fazenda já recuou parcialmente ao retirar do decreto o aumento do IOF sobre investimentos no exterior. Agora, analisa a possibilidade de ajustes também sobre operações de crédito, mas sem comprometer a meta fiscal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/05/2025

LULA DIZ QUE MP DA ENERGIA ELÉTRICA 'NÃO É COISA FÁCIL DE SER APROVADA NO CONGRESSO'

Medida inclui a redução das contas de luz de até 60 milhões de pessoas, conforme cálculos do governo

Por Karolini Bandeira — Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva — Foto: Cristiano Mariz/ Agência O Globo/19/05/2025

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quarta-feira que a Medida Provisória (MP) que prevê a reforma do setor elétrico brasileiro, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), é uma proposta difícil de ser aprovada no Congresso Nacional, devido ao cunho social.

A medida inclui a redução das contas de luz de até 60 milhões de pessoas, de acordo com cálculos do

governo.

— Não é uma coisa fácil de ser aprovada no Congresso Nacional, não. Toda vez que a gente quer promover o pobre e aumentar um pouquinho o pagamento dos ricos, tem muita gente contra — declarou Lula a apoiadores em cerimônia em Pernambuco.

O texto foi enviado pelo governo ao Congresso na última semana, após encontro de Lula e os presidentes do Senado (Davi Alcolumbre) e Câmara (Hugo Motta). Durante a reunião, o petista prezou pela colaboração do Congresso para que os ideais da reforma sejam mantidos na análise dos parlamentares.

— Eu sempre digo quando a gente assina medida provisória aqui, o seguinte: o governo não tem a primazia de fazer a medida provisória perfeita. O governo faz aquilo que a sua inteligência, que a sua discussão permite que ele faça. No Congresso Nacional, vocês podem melhorar ou podem piorar. Então, eu sempre que digo a seguinte frase: melhorar sempre, piorar, jamais — afirmou o presidente.

Segundo o texto, os efeitos previstos na medida devem começar a valer a partir de junho. Após a publicação a reforma ainda deve ser analisada e passar posteriormente pelo crivo do Congresso Nacional.

Motta disse que haverá um debate amplo da medida no Congresso:

— Em nome dos líderes representados, que estão conhecendo agora a medida, que chegará ao Congresso Nacional, nós iremos ao lado do senador Davi, poder, com a comissão mista, que funciona agora entre senadores e deputados federais, fazer uma ampla discussão sobre o tema, é um tema bastante técnico

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/05/2025

TCU ADIA DECISÃO SOBRE ACORDO PARA QUE A RIOGALEÃO CONTINUE A ADMINISTRAR AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO

Tribunal precisa dar aval para repactuação do contrato do terminal

Por Geralda Doca — Brasília



Aeroporto Internacional Galeão Tom Jobim — Foto: Márcia Foletto

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou nesta quarta-feira a análise da proposta de acordo que permite à concessionária RIOgaleão continuar administrando o Aeroporto Internacional do Rio. Para isso, o contrato atual, que vence em 2039, será reformulado em melhores condições.

Portugal diz que TAP é estratégica e que segue com a privatização: Veja quem quer comprar a aérea

Sem doença: Foco de gripe aviária no Rio Grande do Sul está contido, afirma ministro da Agricultura Pelo acordo, a outorga anual fixa paga à União será transformada em variável, atrelada ao faturamento da concessionária, em 20% da receita bruta. No entendimento costurado no TCU com integrantes do governo, da concessionária e da Agência Nacional de Aviação (Anac), o aeroporto foi reavaliado em R\$ 932 milhões.

Para evitar riscos jurídicos, o ativo vai passar por um processo simplificado de licitação a fim de identificar eventuais interessados no mercado. A RIOgaleão vai participar do certame e ficará com o ativo caso não haja disputa. Se houver disputa, o interessado tem que oferecer acima do valor de avaliação do terminal.

Além de alívio no valor da outorga, a proposta prevê a retirada da Infraero do negócio. A estatal detém 49% de participação na RIOgaleão e será indenizada na proporção da sua participação acionária.

Também será excluído do contrato obrigação da concessionária de construir uma terceira pista. O gatilho para empreendimento seria quando a demanda atingir 262.900 movimentos por hora, mas essa previsão está longe de se confirmar.

Por outro lado, a RIOgaleão terá que desistir de disputas com a Anac, como pedido de reequilíbrio econômico financeiro do contrato no valor de R\$ 8 bilhões.

O Galeão foi arrematado no final de 2013 pelo consórcio formado por Odebrecht Transport e Changi por R\$ 19 bilhões, ágio de 294% sobre o lance mínimo. O primeiro compromisso foi preparar o aeroporto para os Jogos Olímpicos com investimentos estimados em R\$ 5,7 bilhões ao longo do contrato.

Reação: Congresso já tem quase 20 projetos que pedem cancelamento de aumento do IOF. Contudo, a concessionária começou a enfrentar problemas financeiros com a crise na economia no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. O envolvimento da Odebrecht na operação Lava Jato também foi um complicador.

Em 2017, o atual sócio majoritário, Changi, comprou a fatia da empreiteira e com injeção de capital a concessionária reprogramou a outorga com a União, regularizando a situação. O pagamento de outorga foi suspenso até 2022.

Com a pandemia de Covid-19, a situação se agravou, o que levou a operadora a pedir para devolver a concessão no início de 2022. Entretanto, com a mudança no governo federal em 2023, a Changi voltou atrás e manifestou interesse em permanecer na operação.

A estratégia foi reforçada com a iniciativa do governo estadual e da prefeitura do Rio em restringir o movimento no Santos Dumont. O objetivo foi fortalecer o volume de passageiros no Galeão. Mas ainda assim, as receitas não são suficientes para pagar os compromissos com a União, segundo interlocutores do governo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 28/05/2025

MPT PROCESSA MONTADORA CHINESA BYD POR TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO EM OBRA DE FÁBRICA NA BAHIA

Ação ocorre após resgate de 220 trabalhadores em condições degradantes em dezembro do ano passado

Por O GLOBO — São Paulo



Obras na fábrica da BYD em Camaçari, na Bahia — Foto: Reprodução

O Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia ingressou com uma ação civil pública contra a montadora chinesa BYD por trabalho análogo à escravidão, após 220 trabalhadores serem resgatados de obras da fábrica da empresa em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, em dezembro.

O processo também envolve as empreiteiras China JinJiang Construction Brazil Ltda e Tonghe



Equipamentos Inteligentes do Brasil Co — atualmente registrada como Tecmonta Equipamentos Inteligentes Brasil. A ação foi protocolada na terça-feira na 5ª Vara do Trabalho de Camaçari, após as empresas se recusarem a firmar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

O caso veio à tona em dezembro, quando uma força-tarefa identificou os trabalhadores em situação irregular. Segundo as investigações, os 220 operários entraram no Brasil com visto de trabalho para atividades especializadas, mas desempenhavam funções diferentes.

Do total, 163 trabalhadores atuavam para a JinJiang e 57 para a Tonghe/Tecmonta. Todos estavam envolvidos na construção da fábrica da BYD.

Os operários estavam alojados em cinco locais mantidos pelas empresas, todos com estruturas precárias. Alguns dormiam em camas sem colchões. Em um dos alojamentos, havia apenas um sanitário para 31 pessoas. Em um dos quartos, onde dormia uma cozinheira, foram encontradas panelas abertas no chão, com alimentos expostos à sujeira e sem refrigeração, destinados ao consumo no dia seguinte.

Além disso, os trabalhadores viviam sob vigilância armada, tiveram seus passaportes retidos e estavam submetidos a contratos com cláusulas ilegais, jornadas exaustivas e sem direito a descanso semanal. O MPT também constatou risco de acidentes devido ao descumprimento de normas de segurança do trabalho.

Os operários eram obrigados a pagar caução, tinham até 70% dos salários retidos e enfrentavam penalidades em caso de rescisão antecipada. Para deixar o emprego antes do fim do contrato, precisavam pagar a passagem de volta, devolver o valor da passagem de ida e ainda perdiam os valores retidos.

O MPT pede a condenação da BYD e das duas empreiteiras ao pagamento de R\$ 257 milhões por danos morais coletivos, além de indenização individual equivalente a 21 vezes o salário contratual, acrescida de um salário por dia em que o trabalhador foi submetido à condição análoga à escravidão. Também requer a quitação das verbas rescisórias devidas e o cumprimento das normas brasileiras de proteção ao trabalho. O órgão solicita ainda multa de R\$ 50 mil por item descumprido, multiplicada pelo número de trabalhadores prejudicados.

Procurada, a BYD disse que reafirma seu compromisso com os direitos humanos e trabalhistas, pautando suas atividades pelo respeito à legislação brasileira e às normas internacionais de proteção ao trabalho. “A empresa vem colaborando com o Ministério Público do Trabalho desde o primeiro momento e vai se manifestar nos autos sobre a ação movida pelo MPT”, afirmou em nota. O GLOBO não conseguiu contato com as duas empreiteiras mencionadas no processo. O espaço está aberto para manifestações.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 28/05/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

IOF: FAZENDA VAI RESGATAR R\$ 1,4 BI DE DOIS FUNDOS PARA COMPENSAR RECUO EM PARTE DAS MEDIDAS

Após reações do mercado financeiro, o governo reviu o aumento do imposto sobre transferências de recursos destinadas à aplicação em fundos de investimento no exterior

Por Giordanna Neves (Broadcast)

BRASÍLIA - O Ministério da Fazenda informou que o governo vai resgatar R\$ 1,4 bilhão do Fundo Garantidor de Operações (FGO) e do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo

(FGEDUC) para compensar a perda em receitas pela decisão da Pasta de rever parte do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) após as reações do mercado financeiro.

A informação foi confirmada nesta quarta-feira, 28, pelo ministério ao Estadão/Broadcast. De acordo com o trâmite, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, fará um ofício ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal requisitando o resgate dos recursos.



O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, fará um ofício ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal requisitando o resgate dos recursos Foto: Wilton Junior/Estadão

O governo anunciou na semana passada o recuo no aumento do IOF sobre transferências de recursos destinadas à aplicação em fundos de investimento no exterior, além de ter mantido em 1,1% a alíquota sobre remessas destinadas a investimentos por pessoas físicas.

A equipe econômica estimou que todas as propostas anunciadas na semana passada (IOF Seguro, IOF crédito empresas e IOF câmbio) poderiam gerar, em conjunto, uma arrecadação de R\$ 20,5 bilhões em 2025.

As mudanças no decreto, no entanto, devem ter um impacto em torno de R\$ 1,4 bilhão. Durante a coletiva, os técnicos da Fazenda se comprometeram a informar a estimativa de arrecadação de cada medida, mas o material ainda não foi enviado à imprensa.

A ampla revisão no IOF foi editada pelo governo para compensar parte da frustração com receitas extraordinárias, necessárias para garantir o cumprimento da meta de resultado primário de déficit zero.

Na semana passada, a Fazenda informou uma redução de quase R\$ 90 bilhões em medidas que faziam parte do pacote de receitas anunciado no ano passado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/05/2025

BANCOS MANTÊM PLANO POR CONTROLE DA BRASKEM APESAR DE OFENSIVA DE TANURE

Instituições credoras da controladora Novonor pretendem assumir ações da petroquímica
Por Cynthia Decloedt (Broadcast) e Talita Nascimento (Broadcast)



A proposta de Tanure prevê um aporte de US\$ 70 milhões em uma das empresas do grupo Novonor Foto: Divulgação/Braskem

Os bancos credores da Novonor (antigo grupo Odebrecht) não desistiram de levar adiante seu plano para assumir as ações da Braskem, mesmo frente ao interesse manifestado na sexta-feira, 23, pelo empresário Nelson Tanure em adquirir fatia do controle da petroquímica. Um acordo de exclusividade foi anunciado pela Braskem, como controlada da Novonor, que trouxe Tanure para a mesa. Entretanto, “os bancos

não deram exclusividade a ninguém”, disse uma fonte a par do assunto. Ontem, 26, houve conversas com alguns dos cinco bancos que têm essas ações. Tanure não mostrou, entretanto, uma proposta, e a ideia é ouvi-la de qualquer maneira, disseram duas fontes.

A chegada de Tanure pelas mãos da Novonor foi uma surpresa para muitos que participam do processo de venda das ações da Braskem e cria desconforto entre alguns credores. Mas não para a Novonor, que sempre resistiu a se desfazer da Braskem. A Coluna apurou que a proposta de Tanure prevê um aporte de US\$ 70 milhões em uma das empresas do grupo Novonor e garante entre 3,5% e 5% das ações da Braskem, a depender do que será possível acomodar no percentual de recuperação dos bancos de seus créditos. É sabido que no plano dos bancos, a ideia de a Novonor terminar com algumas ações não seria descartada, mas em margem menor.

Afinal, eles seguram essas ações dadas em garantia a empréstimos concedidos para o grupo há muitos anos, antes de a Odebrecht entrar em recuperação judicial, o que aconteceu em 2020. A dívida da Novonor com os bancos já alcança R\$ 19 bilhões, segundo apurou a Coluna. A companhia inteira vale cerca de R\$ 9 bilhões na Bolsa. Suas ações da Braskem chegaram a subir perto de 10% com a notícia da chegada de Tanure na sexta-feira.

Gestora será substituída

Os bancos estão nesse momento trabalhando na substituição da gestora que assumirá o Fundo de Investimento em Participação (FIP), que fará a gestão do controle da Braskem, depois que a Geribá deixou o processo. Tal gestora, apurou a Coluna, será provavelmente a IG4, que fará a gestão da participação dos bancos na petroquímica e tem experiência em recuperação operacional de empresas.

Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) pretendem recuperar o valor de mercado da companhia para sair em um melhor momento da posição em Braskem. O longo processo de venda da fatia da Novonor na Braskem paralisou algumas das estratégias de transformação e expansão da companhia.

A IG4 já havia participado da primeira rodada de busca de potenciais gestoras, mas a escolha foi pela Geribá, que se retirou do caso por conflito de interesse, relacionado a um litígio de uma empresa de petróleo contra a Petrobras. A Lumina, gestora de Daniel Goldberg, também participou do processo anterior e outros nomes comentados no mercado são Reag e BR Partners.

Fatia foi dada em garantia

A fatia de controle da Novonor na Braskem foi dada em garantia às instituições financeiras pela então Odebrecht por empréstimos contraídos antes de 2020. Os bancos pretendem converter a garantia e colocar as ações no FIP e fazer uma gestão ativa, de recuperação operacional da petroquímica.

Se vencer a batalha contra os bancos, que vai se desdobrar sobre preço e as condições de pagamento desse passivo, a conversa de Tanure migra para a Petrobras, que vai exigir o controle.

Ontem, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que a Braskem é um ativo muito importante para a companhia e que a petroleira não largará “de jeito nenhum” a petroquímica. Chambriard disse ainda que a petroquímica tem hoje uma questão societária para a Petrobras, que precisa ser abordada. “A proposta do Tanure vem na direção dessa solução, como também uma movimentação dos bancos no passado vinha em torno dessa solução”, afirmou.

Procurados, os bancos e as gestoras não comentaram.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/05/2025

PETROBRAS PLANEJA CONTRATAR 48 EMBARCAÇÕES COM 40% DE CONTEÚDO NACIONAL ATÉ 2026

Em evento, presidente da Petrobras ressaltou a necessidade da empresa de apoiar a indústria nacional

Por Eduardo Laguna (Broadcast) e Daniela Amorim (Broadcast)

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse na segunda-feira, 26 que, até o fim do ano que vem, a estatal tem a intenção de contratar 48 embarcações com pelo menos 40% de conteúdo nacional. Durante evento com empresários do setor, ela ressaltou que a Petrobras se preocupa com a capacidade da indústria em atender essas encomendas.



Presidente da Petrobras falou sobre a importância da estatal apoiar a indústria nacional Foto: AGENCIA PETROBRAS

“Precisamos que a indústria nacional esteja atenta, esteja preparada para nos atender. Esse é um foco de preocupação nossa, e é um foco de atenção nossa”, comentou Magda, ao apontar a necessidade da Petrobras de apoiar a indústria nacional.

“Todo o nosso apoio é pouco para que ela [a indústria] possa chegar junto e nos atender, seja na ampliação da nossa capacidade de refino, seja no nosso retorno aos fertilizantes, seja na nossa ampliação de fornecimento de gás”, acrescentou a presidente da Petrobras.

A executiva reforçou que, para ampliar a produção de petróleo em 300 ou 400 mil barris por dia até 2030, a indústria nacional precisará de apoio.

Magda participou do evento Nova Indústria Brasil, em comemoração ao Dia da Indústria, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro. A conferência é promovida por Brasil 247, TV 247 e Agenda do Poder.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/05/2025

OPINIÃO - ENERGIA LIMPA E INVESTIMENTOS VERDES VÃO RALO ABAIXO

Falta de isonomia ameaça contratos, traz insegurança regulatória e prejudica a credibilidade do País
Por Rodrigo Sauaia e Ronaldo Koloszuk

A matriz elétrica brasileira é reconhecidamente composta por fontes renováveis e competitivas, como hídrica, solar, eólica, biomassa e biogás. Isso traz vantagens estratégicas ao Brasil, fortalecendo o protagonismo geopolítico global na transição energética e descarbonização da economia. Mas será que a Nação aproveita os benefícios desse potencial? A resposta é não.

Nos últimos 90 dias, com o Brasil mais quente, houve sete recordes de demanda de eletricidade, impulsionados por mais aparelhos de ar condicionado e sistemas de refrigeração. No mesmo período, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a fonte solar alcançou novos recordes de geração, justamente nos horários de maior demanda.

Agora, o contrassenso: segundo o operador, 25,9% da geração fotovoltaica foi cortada no período. Além do desperdício e dos prejuízos aos geradores que acreditaram no Brasil, a baixa transparência na execução e classificação desses cortes inviabiliza uma auditoria adequada. A regulação e a

operação do sistema elétrico criaram um ambiente de insegurança e elevada percepção de risco em relação aos cortes renováveis.

No centro do problema está um desequilíbrio regulatório: a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) criou normativas sobre os cortes renováveis que esvaziaram o direito de ressarcimento garantido pela Lei n.º 10.848/2004 e pelo Decreto n.º 5.163/2004, extrapolando os limites do poder normativo de uma agência reguladora.



Nos últimos 90 dias, a fonte solar alcançou novos recordes de geração, justamente nos horários de maior demanda Foto: Felipe Rau/Estadão

Enquanto isso, para usinas fósseis, o ressarcimento é total. Esse sinal econômico desincentiva a energia limpa e incentiva a poluente. A falta de isonomia ameaça os contratos, traz insegurança regulatória e prejudica a credibilidade do Brasil para investimentos verdes, situação preocupante no ano da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30) no País.

De abril de 2024 até março de 2025, foram desperdiçados mais de 5,7 terawatts-hora (TWh) de energia solar. Isso seria o suficiente para atender todas as residências do Estado de São Paulo por um mês. Esses cortes trouxeram prejuízo de R\$ 878,5 milhões em contratos já negociados (Volt Robotics, 2025).

Há um importante passivo financeiro acumulado e que está judicializado. O problema escalou e o Ministério de Minas e Energia criou oportunamente um grupo de trabalho com os demais órgãos do setor elétrico, para buscar soluções aos impactos negativos dos cortes renováveis. A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e os agentes impactados vão integrar a colaboração conjunta, na busca por resultados de curto prazo, já que é preciso fechar o ralo do desperdício renovável, impedir a falência de empresas e permitir a retomada dos investimentos verdes.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/05/2025

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

COM AVANÇO DE FERROVIA NO MT, RUMO PREPARA FASE 2 DA OBRA

Todo o projeto terá 750 km e só no primeiro trecho serão investidos cerca de R\$ 5 bilhões

Por Taís Hirata — De Rondonópolis 28/05/2025



Machado, gerente de implantação da nova ferrovia da Rumo: “Em uma obra como essa, uma das grandes dificuldades é levar o material até o canteiro” — Foto: Gabriel Reis/Valor

Quem avança pela BR-163, entre Cuiabá e Rondonópolis (MT), já enxerga os primeiros sinais de que a nova ferrovia da Rumo no Mato Grosso começou a sair do papel. Os viadutos que passam por cima da

rodovia, com o nome da companhia estampado, deverão começar a receber em meados de 2026 os trens carregados de grãos do Centro-Oeste, em direção ao Porto de Santos.

Ao todo, o empreendimento deverá somar 750 km, entre e Lucas do Rio Verde, no norte do Estado, e Rondonópolis, onde a nova rota se conectará com a Malha Norte, ferrovia já em operação pela Rumo. Por enquanto, está em curso a primeira fase de construção, com 162 km. Porém, a empresa de logística do grupo Cosan já começa a preparar a segunda etapa da obra, que deverá ter início no próximo ano.

A primeira fase vai de Rondonópolis até o chamado Terminal 070, na região de Campo Verde. Os primeiros quilômetros já estão praticamente concluídos, mas a movimentação de carga só será possível em meados do próximo ano, quando entrará em funcionamento o primeiro terminal da nova malha - local onde os caminhões deverão descarregar os grãos, para fazer a transferência ao modal ferroviário.

Nova malha

Projeto de nova ferrovia no Mato Grosso avança

● Malha Norte + Malha Paulista ● Ferrovia Estadual de Mato Grosso (FMT)



Mapa linear do trajeto



Fonte: Rumo

empresa não consiga dar velocidade grande nas duas de uma vez. Vamos avançar mais rápido na linha central, para aumentar a capacidade, e depois vamos para o ramal”, disse Marcassa.

A alta da taxa de juros não deverá travar o projeto, segundo a executiva. “A gente continua fazendo a ferrovia no cronograma acordado. É lógico que uma taxa de juros a 15% machuca qualquer negócio de infraestrutura, mas a empresa acredita muito na tese de crescimento da ferrovia no norte do Mato Grosso, então estamos mantendo os investimentos”, afirmou.

Só na primeira etapa deverão ser aplicados entre R\$ 4,6 bilhões e 5,1 bilhões. Até o fim de 2024, R\$ 2,1 bilhões já tinham sido investidos e, neste ano, a previsão da companhia é aplicar cerca de outros R\$ 2 bilhões no projeto.

A segunda etapa da obra seguirá do terminal até a região de Planalto da Serra, com mais 180 km de ferrovia. Esse próximo trecho já tem licenciamento ambiental emitido e projetos executivos praticamente prontos. A empresa começa a procurar as construtoras para os primeiros pacotes de obra.

A construção da fase 2 deverá começar até meados de 2026. “A ideia é não parar a frente de obras”, afirmou Natalia Marcassa, vice-presidente de relações institucionais da Rumo. A construção desse segundo trecho deverá levar em torno de dois anos.

A empresa também acaba de protocolar o licenciamento ambiental para a construção do ramal que irá conectar a ferrovia à capital Cuiabá. Porém, diante do volume bilionário de recursos, o grupo deverá priorizar a construção da linha central.

“A gente deve começar também [a construção do ramal] e aí vai avançando com as duas frentes à medida que for captando recursos e financiamento, porque são obras caras. Talvez a



Com o fim da temporada de chuvas no Mato Grosso, que neste ano se arrastou até maio, a construção voltou a ganhar tração e deverá seguir o cronograma previsto do ano, disse Leandro Machado, gerente de implantação da Ferrovia de Mato Grosso, durante visita do Valor às obras.

Parte relevante das primeiras intervenções já foi concluída. Uma das principais e mais complexas obras de arte, a ponte do Rio Vermelho, logo nos primeiros quilômetros da nova ferrovia, está praticamente pronta, após cerca de 17 meses de construção.

“O mercado acredita na tese da Rumo, não há problema para captar dívida”

— *Natalia Marcassa*

A companhia também já adquiriu a totalidade dos trilhos que serão usados nos 750 km da ferrovia. Em um dos canteiros de obras próximo a Rondonópolis é possível encontrar pilhas com as 24 mil toneladas do material, que foi importado da China em dois navios - as unidades começaram a chegar em setembro do ano passado e os últimos trilhos acabam de ser descarregados, em abril deste ano.

Às margens da nova ferrovia também está sendo construída uma fábrica de dormentes (estruturas de concreto nas quais os trilhos são fixados) destinada apenas ao empreendimento. Após a conclusão da ferrovia da Rumo, a expectativa é que a planta seja desmontada.

“O volume de material necessário é tão grande que a empresa avaliou que seria mais vantajoso construir aqui do que trazer de outras fábricas”, afirmou Machado. Ao todo, deverão ser necessários cerca de 1,3 milhão de dormentes de cimento, para os 750 km da via. A fábrica deverá ficar pronta por volta de setembro deste ano, então os primeiros dormentes estão vindo de uma planta em São Paulo.

“Em uma obra como essa, uma das grandes dificuldades é levar o material até o canteiro”, explicou. Ao longo dos trechos em obras é possível ver, além da nova linha, trilhos que percorrem a via de forma paralela, que são construídos temporariamente, apenas para transportar os materiais da construção, e que depois também deverão ser desmontados.

A nova ferrovia da Rumo no Mato Grosso foi assinada em setembro de 2021 com o governo estadual. Do ponto de vista regulatório, o contrato é inovador: além de ser estadual, e não federal como a maior parte das grandes malhas, o projeto foi firmado em regime de autorização, e não de concessão - ou seja, tem caráter privado, sem recursos ou tomada de risco do poder público.

As obras tiveram início oficialmente no fim de 2022, mas ganharam força em 2024. Hoje há cerca de 5.800 funcionários trabalhando no empreendimento.

A ferrovia será uma extensão da operação da Rumo, que transporta boa parte dos grãos do Mato Grosso até Santos. A diferença é que hoje a carga chega por caminhão até o megaterminal da empresa em Rondonópolis, onde é feito o transbordo para a ferrovia. Em média, 1.500 caminhões por dia chegam ao complexo logístico para fazer a descarga.

Com o prolongamento da via e a instalação de novos terminais, até o norte do Estado, a ideia é que a carga chegue antes à ferrovia, reduzindo os trajetos feitos por caminhão no Mato Grosso. “Na prática vai despressurizar o terminal de Rondonópolis.”

Os contratos comerciais com os clientes interessados em usar o novo trecho a partir de 2026 ainda não foram firmados, o que deverá começar a ser feito a partir de agosto, segundo Marcassa. “Na verdade, são os nossos próprios clientes que estão interessados, porque eles já levam a carga por caminhão até Rondonópolis.”

A previsão inicial da empresa, divulgada em 2022, era que toda a ferrovia até Lucas do Rio Verde, custaria entre R\$ 14 bilhões e R\$ 15 bilhões, mas o valor deverá ser maior. A previsão de gastos

com a primeira fase já sofreu a primeira revisão, para a estimativa atual de até R\$ 5,1 bilhões, mas ainda não há cálculo atualizado para as etapas seguintes.

Questionada sobre a captação de recursos para os demais trechos, Marcassa afirmou que o financiamento não será problema, apesar do custo mais elevado, e que hoje a alavancagem financeira do grupo está baixa - o indicador, medido pela relação entre dívida líquida e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou o primeiro trimestre em 1,6 vezes.

Segundo ela, hoje a empresa negocia um empréstimo de mais R\$ 1 bilhão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e está trabalhando para acessar recursos do Fundo Clima para a construção da ferrovia, sob a tese de que o modal irá substituir viagens de caminhão e reduzir as emissões. “O mercado acredita na tese da Rumo, não há problema para captar dívida, mas a gente quer captar mais barato”, disse.

A repórter viajou a convite da Rumo

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/05/2025

LEILÃO DE POTÊNCIA DEVERIA SER PRIORIDADE, DIZ ENEVA

Se governo publicar edital rapidamente, leilão poderá ser bem-sucedido em garantir segurança energética, diz CEO

Por Fábio Couto — Do Rio 28/05/2025



Lino Cançado: “É premente a necessidade de adicionar capacidade no sistema elétrico brasileiro” — Foto: Divulgação

Os trâmites do leilão de reserva de capacidade, voltado para a segurança no fornecimento de energia elétrica, deveriam ser iniciados o quanto antes para evitar maiores riscos de blecaute, segundo a Eneva, uma das principais empresas de geração do país. O certame seria realizado no dia 26 de junho, mas ações judiciais levaram o Ministério de Minas e Energia (MME) a suspendê-lo. Não há data prevista para a realização do leilão.

Para a Eneva, mesmo que seja realizado neste ano, o certame não vai garantir fornecimento para 2025, mas apenas a partir do ano que vem por causa dos prazos de obras. Lino Cançado, presidente da companhia, ressalta que, se o governo aperfeiçoar as regras e publicar o edital rapidamente, o leilão poderá ser realizado este ano e garantir a segurança energética para os próximos anos.

A Eneva pretende recontratar usinas que somam 1 gigawatt (GW) de potência e projetos de novas térmicas, entre os quais a ampliação do Hub Sergipe, a partir da térmica Porto do Sergipe, de 1,6 GW.

Procurado, o MME não respondeu até o fechamento desta edição. Segundo Cançado, se o ministério publicar a portaria com abertura de nova consulta pública, o leilão poderia ser realizado entre novembro e dezembro deste ano. E os contratos teriam início de vigência em 2027 e 2028, por exemplo, explicou Cançado.

O prazo estimado pelo executivo considera a realização da consulta pública por 15 dias, período mínimo previsto pela regulação; análise e consolidação das sugestões dos agentes; apresentação ao Tribunal de Contas da União (TCU), para aprovação da minuta do edital; e publicação da versão final do edital no Diário Oficial.

O leilão é urgente porque as térmicas ajudam a suprir a falta de geração solar no fim do dia, com uma saída de potência que chega, hoje, a um patamar da ordem de 16 GW, afirmou Cançado. Ele vê um risco de o problema crescer nos próximos anos, com o maior consumo de energia.

Térmicas e hidrelétricas são acionadas assim que o sistema elétrico deixa de contar com a geração solar de forma a evitar sobrecarga e apagão. “Cada vez mais, você vê carro elétrico nas ruas, pessoas instalando ar-condicionado. E se vier com medidas que isentam uma parcela da população de pagamento [de contas de luz], vai incentivar consumo”, disse.

Para este ano, será preciso adotar outras medidas para suprir a falta do leilão. Isso porque, ressalta o executivo, há a perspectiva de um período seco mais severo. Esse cenário, explicou Cançado, restringe o uso dos reservatórios.

Com o cancelamento do leilão, térmicas que pretendiam participar da licitação ficaram descontratadas. Sem contrato, essas usinas só podem ser chamadas pelo ONS para gerar energia por decisão dos empreendedores. Eles precisam declarar ao ONS que estão disponíveis para gerar energia. Neste caso, são remuneradas pelo preço do mercado de curto prazo, conhecido como PLD. Sem essa decisão, as usinas ficam desativadas e não são consideradas no planejamento do energético.

Procurado, o ONS afirmou em nota que existem térmicas disponíveis, descontratadas, que podem ser utilizadas em caso de necessidade adicional do sistema. Disse também que apresentou ao governo a necessidade de uma “demanda adicional” da ordem de 4 GW. E recomendou ainda a antecipação dos contratos das usinas que venceram o leilão de reserva de capacidade de 2021, afirmou.

A proposta de antecipação dos contratos foi aprovada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e anunciada há duas semanas. Essas usinas podem ser acionadas a partir de agosto de 2025. No mercado, projeta-se que a antecipação garanta mais 2 GW no sistema. Falta ainda encontrar saída para outros 2 GW não cobertos. “É premente a necessidade de adicionar capacidade no sistema elétrico brasileiro”, disse Cançado.

“O ONS continuará avaliando o cenário conjuntural e poderá propor novas medidas, caso seja necessário acionar algum outro recurso”, disse o operador.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/05/2025

MINISTRO DEIXA PARA ANTAQ DECISÃO SOBRE DISPUTA POR MEGATERMINAL

Por Rafael Bitencourt — De Brasília 28/05/2025



Silvio Costa Filho: “A gente trabalha para tirar esse terminal do papel, o que vai representar mais de R\$ 5 bi de investimento”

— Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou nesta terça-feira (27) que deixará com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a decisão sobre a controvérsia envolvendo disputa pelo arrendamento do megaterminal de contêineres no Porto de Santos (SP), o Tecon Santos 10

(STS10). Em jogo, está a possibilidade de impor restrição à participação dos operadores de terminais que já atuam no complexo portuário de Santos e são controlados ou coligados a grandes empresas de navegação (armadores).



“Nós estamos aguardando oficialmente a manifestação da Antaq. Eu tive uma informação que a Antaq está primando, no primeiro momento, pela possibilidade de não incluir armadores no processo de concessão. Existe uma preocupação que a Antaq coloca sobre a questão mercadológica para que não haja uma grande concentração de mercado e o Porto de Santos não fique dependente de grandes grupos econômicos dominando o controle do porto, mas a gente ainda não teve a oportunidade de ler o voto do relator”, disse ele, durante o programa de rádio “Bom dia, Ministro”, da EBC.

Na última segunda-feira (26), a diretoria da agência formalizou, no “Diário Oficial”, a aprovação da análise técnica das contribuições do setor apresentada na consulta pública sobre o certame. A autarquia, porém, não informou quais foram as conclusões.

Somente nesta terça-feira (27) chegou a informação que o diretoria-geral interino, Caio Farias, acolheu a proposta de estabelecer a possibilidade de duas rodadas de disputa no leilão. A restrição aos donos de terminais de contêineres em Santos valeria apenas para a primeira etapa. A segunda fase da disputa ocorreria com a participação de todos, se não aparecer interessado na primeira e, em caso de vitória dos atuais operadores, estes - os “incumbentes” - teriam que abrir mão dos atuais ativos para reduzir o poder de mercado.

Já há alguns anos a discussão sobre o risco de alta concentração de mercado nas mãos dos armadores tem atrasado o leilão do megaterminal. O governo espera levar o projeto à disputa em dezembro deste ano. Os estudos econômicos ainda precisam passar por análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Tenho muita confiança que, ao final, a decisão que será tomada será uma decisão que vai fortalecer o Porto de Santos, mas, até em respeito à Antaq, nós precisamos adentrar ao que vai ser apresentado pela agência”, disse Costa Filho.

O diretor do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia, alerta para riscos jurídicos da decisão de impor barreira à entrada de competidores. “O perigo da restrição é efetivamente a judicialização, grupos inconformados de estarem impedidos de participar do certame levarem isso à Justiça e ocorrer uma morosidade ou, até mesmo, uma paralisação completa no procedimento licitatório”, explicou.

Da mesma forma, o advogado Paulo Henrique Dantas, sócio do escritório Castro Barros Advogados, recomenda cautela para a disputa não parar na Justiça. “A definição se os operadores locais vão ou não participar vai determinar muita coisa. Mas, de qualquer forma, a licitação tem que acontecer porque, pelos estudos do governo, Santos atinge sua capacidade total agora já em 2028”, disse o advogado.

O estudo atualizado do Tecon Santos 10 prevê o investimento de R\$ 5,6 bilhões. O valor global do contrato está estimado em R\$ 44,4 bilhões. A área de arrendamento do terminal está localizada na margem direita do complexo portuário, na região do Saboó. O prazo de contratos é de 25 anos, com início em 2026 e término em 2050.

No início deste mês, o ministro apresentou o projeto a investidores chineses, na viagem do presidente Lula a Pequim. “O Tecon Santos 10 vem sendo pensado há mais de 15 anos, mas não avançou. Agora, a gente trabalha para tirar esse terminal do papel, o que vai representar mais de R\$ 5 bilhões de investimentos e dobrar a capacidade de operação de contêineres no Porto de Santos”, afirmou Costa Filho naquela ocasião ao Valor.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 28/05/2025

CRESCE PRESSÃO PELA REVOGAÇÃO DO NOVO IOF

Líderes de partidos do Centrão saem em defesa de medida para anular decreto do governo

Por Murillo Camarotto, Caetano Tonet, Gabriela Guido, Jéssica Sant'Ana, Sofia Aguiar e Renan Truffi, Valor — Brasília 27/05/2025



Deputado Pedro Lucas (União-MA) — Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Em meio à escalada de tensão entre o Ministério da Fazenda e Casa Civil, ganhou tração ontem no Congresso a pressão pela revogação do aumento das alíquotas do IOF, anunciadas na semana passada pelo governo. Líderes da oposição e de dois partidos importantes do Centrão na Câmara dos Deputados saíram em defesa da votação de projetos de decreto legislativo (PDLs) para derrubar a medida. O martelo deve ser batido nesta quinta-feira (29) durante a reunião do colégio de líderes. No Planalto, surgiu a informação de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu aval ao reajuste sem conhecer os detalhes, o que a equipe econômica rechaça.

Com 58 deputados e três ministérios na Esplanada (Turismo, Comunicações e Integração Nacional), o União Brasil manifestou um posicionamento praticamente unânime em favor dos PDLs, disse o líder do partido na Câmara, Pedro Lucas Fernandes (MA). Ele — que chegou a ser anunciado ministro das Comunicações — disse que vai defender a inclusão dos PDLs na pauta.

Na mesma linha, o presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), disse ao Valor que vai trabalhar para que seu partido apoie os PDLs. Minutos antes, nas redes sociais, ele afirmou que “se existem ajustes a serem feitos na economia, certamente o aumento de impostos não deve ser um deles”.

“O governo recuou em parte do maléfico pacote de aumento, mas a situação continua ruim e vamos continuar pressionando no Congresso. Contem comigo para isso!”, afirmou o presidente do Republicanos, cuja bancada conta com 44 deputados e comanda o Ministério de Portos e Aeroportos, com o deputado licenciado Silvio Costa Filho (PE).

Filiado ao Republicanos, o presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), foi duro nas críticas ao aumento do IOF, mas tem adotado a cautela ao tratar de uma possível revogação do aumento. Na última segunda-feira, ele disse que o governo “não pode gastar sem freio e depois passar o volante para o Congresso segurar”. “O Brasil não precisa de mais imposto. Precisa de menos desperdício”, afirmou nas redes sociais.

Motta teve uma longa reunião com a oposição e reforçou a promessa de colocar o tema para discussão amanhã. Segundo relato do líder da oposição, Luciano Zucco (PL-RS), o presidente da Câmara sinalizou que poderá pautar os PDLs, mas que quer apresentar paralelamente alguma proposta alternativa para o equilíbrio fiscal, citando como exemplo a retomada das discussões da reforma administrativa.

É quase consensual entre os deputados o diagnóstico de que os PDLs seriam aprovados por larga margem, uma vez incluídos na pauta. A reunião da bancada do PSD também revelou uma defesa majoritária da revogação dos aumentos no imposto.

Apesar da pressão maior, ainda não há garantias de que os PDLs irão, de fato, a voto. Lideranças do governo e de outros partidos do Centrão acreditam que Motta pode optar por um caminho alternativo e buscar uma saída negociada. A posição do Senado e o efeito sobre as emendas parlamentares podem pesar.



A eventual derrubada do reajuste do IOF exigirá do governo uma ampliação significativa do contingenciamento de despesas, o que afetará a distribuição de emendas. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), lembrou que “se o decreto (do IOF) cair, terá que sair de algum lugar”. “Esse é o dilema. Não se faz milagre com a contabilidade pública”, afirmou.

Apesar de ter dado aval para o aumento do IOF, Lula não foi informado, em detalhes, sobre as alíquotas que seriam aplicadas e muito menos sobre a repercussão que essas medidas poderiam provocar junto aos mercados. Essa é a avaliação feita, nos bastidores, por fontes da ala política do governo sobre o episódio. Interlocutores do ministro da Fazenda negam essa informação.

As mesmas fontes da ala política reconhecem que dificilmente Lula teria dado aval a um congelamento tão expressivo do Orçamento se não fosse pela proposta de incluir o ajuste no IOF no pacote. Foi somente a ideia de uma compensação, por meio do reajuste, que fez Lula ceder na questão do arrocho fiscal.

O debate sobre o real conhecimento do presidente acerca das medidas de ajuste veio à tona depois que Haddad disse, em entrevista ao jornal "O Globo", que Lula tinha conhecimento, sim, do aumento do IOF. Na entrevista, o ministro alegou que o assunto “foi debatido na mesa do presidente”. A declaração, porém, teria gerado certo desconforto no núcleo-duro do governo.

Interlocutores do Planalto ouvidos pelo Valor dizem que, de fato, Lula teve uma reunião com Haddad, na qual foi consultado se a Fazenda poderia levar adiante a proposta. O que os assessores próximos ao presidente rebatem é a versão de que Lula tinha dimensão de todas as possíveis repercussões do anúncio.

Nos bastidores, circula uma versão, por exemplo, segundo a qual Haddad apresentou as linhas gerais do decreto ao presidente, mas não necessariamente debateu ponto a ponto as mudanças que seriam anunciadas — inclusive o impacto fiscal.

Fontes da equipe econômica negam que o Planalto não tenha sido informado sobre o impacto fiscal da medida e acrescentam que o texto vinha sendo debatido em nível técnico há dias, antes de ser anunciado.

Considerado um aliado de Lula no Congresso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), também vai debater o assunto na reunião de líderes de amanhã. Segundo o Valor apurou, ele ainda não formou um posicionamento definitivo.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), quer articular ainda nesta semana uma reunião do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com senadores para debater o aumento nas alíquotas. O objetivo é justamente frear a ofensiva dos PDLs. A ideia é que Haddad explique a medida para parlamentares e mostre que, caso o decreto caia por completo, será preciso um contingenciamento maior que os R\$ 31 bilhões anunciados. “Quero falar com o ministro Haddad e levar alguns senadores mais afeitos para ele explicar melhor essa questão”, disse Wagner.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/05/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

‘NOVA LEI DOS PORTOS’ PASSARÁ POR COMISSÃO ESPECIAL

Por Danilo Oliveira Portos e logística 28/05/2025 - 15:57

Presidente da Câmara estabeleceu grupo para emitir parecer sobre PL 733/2025, que altera atual marco regulatório do setor portuário. Terminais foram favoráveis ao aprofundamento dos temas propostos na revisão da legislação



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB), estabeleceu uma comissão especial para a tramitação do projeto de lei 733/2025, que modifica a Lei dos Portos (12.815/2013), atual marco regulatório do setor. O grupo emitirá um parecer ao PL, de autoria do deputado Leur Lomanto Júnior (União/BA), que regula a exploração dos portos, atividades de operação portuária, o trabalho portuário, entre outras questões.

A comissão especial para a tramitação da 'Nova Lei dos Portos' será composta por 19 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designadas de acordo com o regimento interno. O relator do PL na comissão é o deputado Arthur Maia (União/BA).

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) considerou positiva a criação da comissão para um tema relevante devido ao peso do comércio exterior na geração de riquezas ao país. "Com o trâmite em comissão especial, o PL 733/25 recebe o necessário foco dos legisladores em atender esta fundamental demanda por melhorias no arcabouço legal do setor portuário, com o objetivo de sua expansão através de investimentos privados", disse o diretor-executivo da Abratec, Caio Morel, à Portos e Navios.

Para a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), esse projeto precisa ser analisado com profundidade, mas também com agilidade, dada a urgência em destravar os investimentos no setor. A associação considera importante a instalação da comissão porque o PL 733/2025 representa um avanço necessário rumo à modernização da atividade portuária no país.

"Estamos falando de um projeto que pode trazer a segurança jurídica necessária para que os investimentos cheguem com mais liberdade ao setor. Precisamos remover algumas amarras históricas, como entraves de natureza trabalhista e o excesso de autorizações exigidas para novos aportes. A proposta é uma oportunidade concreta de alinhar o marco legal portuário às necessidades atuais do mercado e do Brasil", destacou o presidente da ABTP, Jesualdo Silva.

Algumas proposições do PL são vistas por sindicatos e trabalhadores portuários como uma ameaça à estabilidade do emprego, como, por exemplo, a possibilidade da contratação pelos operadores portuários de trabalhadores não pertencentes aos quadros dos órgãos gestores de mão de obra (Ogmos), a limitação das atividades da capatazia, a extinção de categorias profissionais (conserto de carga, vigilância e bloco) e a possibilidade de terceirizar a guarda portuária.

O advogado Felipe Kfuri também observa entidades de defesa do meio ambiente se mostrando contrárias à criação de um licenciamento ambiental integrado para os portos públicos, dispensando licenças individualizadas para instalação de terminais. Entendem que essa proposta pode resultar na flexibilização das normas de licenciamento, na redução da fiscalização ambiental e em uma menor participação da sociedade civil nos processos decisórios. Além disso, há discussões sobre a redistribuição das competências entre a União, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e as autoridades portuárias.

Kfuri ressaltou que, no caso do PL 733/25, há divergências profundas, como se verifica nas 491 emendas apresentadas pelos membros da Comissão do Trabalho, que podem atrasar significativamente a implantação das novas regras. Para o advogado, a criação de comissões especiais pode acelerar ou retardar o andamento de um projeto de lei, a depender do contexto político, da complexidade do tema e do nível de consenso entre os parlamentares e os setores envolvidos.

"Por um lado, tais comissões permitem maior dedicação dos deputados envolvidos, concentração da articulação política, redução das etapas das comissões permanentes e maior visibilidade. No

entanto, disputas partidárias pela presidência ou relatoria, temas polêmicos e mudanças de governo ou legislatura podem atrasar os trabalhos”, comentou Kfuri, que é sócio do escritório L.O. Baptista.

O deputado Hugo Motta determinou o exame pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Desenvolvimento Urbano (CDU); Trabalho (CTRAB); Desenvolvimento Econômico (CDE); Viação e Transportes (CVT); Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/05/2025

ARTIGO - A INDENIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DA MORA ADUANEIRA

Por Paulo Maximilian e Pedro Sardinha Opinião 27/05/2025 - 21:38



Certamente, todos aqueles que, de alguma forma, atuam na rotina aduaneira já se depararam com percalços na efetivação dos despachos de importação ou exportação de mercadorias, especialmente em decorrência dos movimentos grevistas frequentemente deflagrados pelos auditores da Receita Federal do Brasil.

Todavia, e sem qualquer juízo de valor sobre as reivindicações da categoria, o exercício do direito de greve — embora assegurado pelo art. 37, inciso VII, da Constituição Federal — deve ser necessariamente

compatibilizado com o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos, nos termos do art. 9º da Lei nº 7.783/1989.

Tal direito também deve observar o Princípio da Eficiência Administrativa, que, no caso específico da atividade aduaneira, deve ser interpretado em conjunto com o disposto no art. 4º do Decreto nº 70.235/1972, o qual estabelece o prazo de oito dias para a conclusão do desembaraço aduaneiro.

Não obstante essas determinações legais, além dos episódios envolvendo greves, outra forma deveras prejudicial aos que dependem dos serviços aduaneiros pode ser verificada quando se extrapola o prazo legal de oito dias por terem sido formuladas exigências com pouca ou nenhuma relação com o processo de importação ou exportação em si, tão somente para simular movimentação e prorrogar, de forma artificial e indefinida, o referido prazo.

Tais paralisações ou exigências desproporcionais podem — e devem — ser combatidas por meio de Mandado de Segurança, com vistas a assegurar a liberação da mercadoria dentro do prazo legal, conforme respaldo consolidado na jurisprudência dos tribunais federais.

Mas, diante desse cenário de ilegalidade, poderá o contribuinte, que deu início regular ao processo de importação ou exportação e sofreu atrasos imputáveis exclusivamente à mora da Administração Pública, buscar a reparação dos danos perante o Poder Judiciário?

A resposta é afirmativa.

Independentemente do motivo (greve, ineficiência ou outro qualquer), quase sempre os atrasos na regularização dos trâmites aduaneiros acarretam vários prejuízos e, para que se obtenha êxito nas demandas judiciais, o contribuinte deverá, em primeiro lugar, identificar corretamente a natureza de seu dano e, depois, produzir as provas adequadas para quantificá-lo.

Tratando-se de perda de carga perecível, haverá dano pela perda da própria carga, mas em todos os casos, de bens perecíveis ou não, é bastante provável que haja custos adicionais com armazenagem prolongada, aumento do preço do frete e/ou seguro, demurrage e, sobretudo, as multas contratuais em razão de descumprimento de prazos com seus clientes. Em face de todos esses eventos, o interessado poderá requerer reparação de danos materiais (emergentes), acompanhados de todas as provas e cálculos.

Noutros casos, e os exemplos clássicos são as frutas secas do Natal e o bacalhau da Páscoa, as mercadorias retidas perderão muito do valor após as datas comemorativas e, provavelmente, restarão encalhadas até perecerem. Nessas situações o pedido deverá ser endereçado sob a forma de lucros cessantes, preocupando-se o demandante com a demonstração clara do lucro suprimido (decorrente do não faturamento), o que pode se dar por meio de comprovações de anos anteriores ou mesmo de um business plan específico.

Já quando se tratar de importações/exportações destinadas a eventos específicos, tais quais exposições, concursos ou disputas esportivas, diante da impossibilidade de quantificação, a indenização poderá ser requerida através da Perda de uma Chance.

Por fim, menos comum, mas não descartado, está o pedido de danos morais para quando a “mora aduaneira” for a causadora de abalo na reputação da pessoa, física ou jurídica (súmula 227 do E. STJ), como acontece, por exemplo no descumprimento de vários contratos ensejando notícias desairosas que venham a piorar a imagem do indivíduo ou empresa no seu meio profissional.

Corroborando o exposto acima, a E. 13ª Turma do TRF-1 decidiu, por ocasião do recente julgamento da Apelação nº 0015288-98.2015.4.01.3200, manter condenação da União em danos materiais e morais decorrentes da retenção indevida de embarcação, por parte da Receita Federal do Brasil pois “a retenção baseou-se em presunções infundadas sobre a capacidade financeira da autora, sem amparo em provas concretas” e, ainda, que o “dano material foi demonstrado por meio de notas fiscais que indicam os valores de armazenamento e aluguel de reboque (...)” enquanto o “dano moral foi configurado pela retenção prolongada e injustificada dos bens, sendo aplicável a Súmula 227 do STJ, que admite a reparação moral a pessoa jurídica.”

Conclui-se, portanto, que a “mora aduaneira”, independentemente de sua causa, viola o princípio da eficiência administrativa e pode causar várias espécies de danos indenizáveis ao contribuinte, que devem buscar no Poder Judiciário tal reparação.



Paulo Maximilian

Pedro Sardinha

Paulo Maximilian é sócio da área de Resolução de Disputas e Arbitragem do escritório Gaia Silva Gaede Advogados, no Rio de Janeiro

Pedro Sardinha é advogado das áreas Tributária e Aduaneira do escritório Gaia Silva Gaede Advogados, no

Rio de Janeiro

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2025

KEPLER WEBER FECHA CONTRATO COM A BE8 PARA PROJETO NO RS

Da Redação Portos e logística 27/05/2025 - 20:45



A Kepler Weber anunciou a assinatura de seu maior contrato em cinco anos com a Be8 para construção de uma unidade de beneficiamento e armazenagem de grãos em Passo Fundo (RS). O projeto, com capacidade de armazenar 160 mil toneladas de trigo em oito silos, vai integrar a produção de etanol a partir de cereais com a fabricação inédita de glúten vital no Brasil.

A planta será a primeira de grande porte no estado voltada à produção de etanol de cereais e glúten vital, além do DDGS, coproduto proteico para nutrição animal. A Be8 estima processar 525 mil toneladas de cereais por ano, com produção de 220 milhões de litros de etanol e 155 mil toneladas de farelo, com operação plena prevista para o segundo semestre de 2026.

Com esse novo contrato, a Kepler Weber projeta impulsionar suas receitas em 2025 e fortalece sua posição no setor de biocombustíveis, onde já fechou três contratos nos últimos doze meses. A empresa participa de sete disputas ativas entre cerca de 30 projetos de etanol em andamento no país, conforme destacou o CEO Bernardo Nogueira.

O projeto marca um avanço na integração entre armazenagem inteligente, logística e tecnologias de processamento, consolidando a estratégia da Kepler Weber de modernizar as agroindústrias brasileiras. A Be8, por sua vez, celebra o contrato como mais um passo na liderança da renovação energética e na promoção de soluções sustentáveis.

O mercado brasileiro de biocombustíveis segue em expansão, com 25 biorrefinarias em operação, dez autorizadas para construção e outras 20 programadas, segundo a UNEM. O novo projeto em Passo Fundo reforça a aposta das empresas em inovação e eficiência para enfrentar desafios logísticos e ambientais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2025

A PETROBRAS ANUNCIOU A NOMEAÇÃO WILLIAM FRANÇA PARA ASSUMIR CUMULATIVAMENTE A FUNÇÃO DE DIRETOR EXECUTIVO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E SUSTENTABILIDADE

Executivos 27/05/2025 - 20:37



A Petrobras anunciou, na última sexta-feira (23), a saída antecipada de Mauricio Tolmasquim do cargo de diretor executivo de transição energética e sustentabilidade, com término negociado de seu mandato previsto para 27 de maio. A decisão foi aprovada pelo Conselho de Administração da companhia, em continuidade ao comunicado anterior de 27 de março.

A empresa informou que, para garantir a continuidade das atividades, o conselho nomeou William França, atual diretor executivo de processos industriais e produtos, para assumir cumulativamente a função de diretor executivo de transição energética e sustentabilidade a partir desta quarta-feira (28). França exercerá as duas funções até a eleição e posse de um novo titular para a diretoria.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2025

IBAMA AUTORIZA OBRA QUE VIABILIZA NAVEGAÇÃO NO RIO TOCANTINS

Da Redação Navegação 27/05/2025 - 20:29



O Ibama concedeu, na última segunda-feira (26), a licença ambiental que autoriza intervenções no rio Tocantins, viabilizando a navegabilidade de sua hidrovia, considerada estratégica para o transporte sustentável entre o Centro-Oeste e o Norte do Brasil. A licença permite a realização do derrocamento do Pedral do Lourenço, formação rochosa de cerca de 40 quilômetros que limita o tráfego seguro de embarcações de carga.

O ministro de portos e aeroportos, Sílvio Costa Filho, celebrou a medida como um marco histórico com impacto positivo tanto no desenvolvimento socioeconômico do Centro-Norte quanto na redução de emissões

de gases de efeito estufa. A obra é vista como essencial para o cumprimento das metas do Acordo de Paris, especialmente em um ano marcado pela realização da COP 30 no Pará.

A hidrovia se estende por mais de 1.700 quilômetros entre Peixe (TO) e Belém (PA), mas sua eficiência é comprometida pelo trecho rochoso. Segundo o secretário de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, a avaliação ambiental considerou os impactos positivos da redução do tráfego rodoviário e das emissões.

Localizada na maior região produtora de grãos do país, a hidrovia do Tocantins tem potencial para se tornar um dos principais corredores logísticos do Brasil. Com a conclusão do derrocamento e da dragagem, a expectativa é de movimentar mais de 20 milhões de toneladas por ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2025

RELATÓRIO DA IAPH REVELA LACUNAS EM SUSTENTABILIDADE E MUDANÇAS DE MERCADO NOS PORTOS GLOBAIS

Da Redação Portos e Logística 27/05/2025 - 20:42



A versão atualizada do IAPH World Ports Tracker 2025 destaca avanços contínuos, porém desiguais, na sustentabilidade e infraestrutura dos portos ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que expõe lacunas significativas em digitalização, reporte de emissões de carbono e igualdade de gênero. A pesquisa, que envolveu 81 dos portos membros mais ativos da IAPH, mostra que os investimentos em infraestrutura seguem majoritariamente conforme o cronograma, especialmente em projetos de infraestrutura interior e combustíveis alternativos. Há progresso na oferta de energia em terra (OPS) para certos tipos de embarcações e em práticas de economia circular, principalmente na reutilização de material dragado.

Os terminais de contêiner lideram os planos de expansão, com 33% prevendo melhorias em operação já em 2025. O monitoramento ambiental concentra-se principalmente na qualidade da água e do ar, com pouco foco no ruído subaquático. Apesar de 58% dos portos estabelecerem metas de neutralidade de carbono, a medição regular da pegada de carbono ainda é limitada, especialmente nas emissões de Escopo 3. Certificações como a ISO 14001 são adotadas por menos da metade dos portos, e apenas 63% investem em iniciativas de restauração ecológica.

Quanto aos combustíveis do futuro, GNL e biocombustíveis apresentam os maiores avanços tanto como combustíveis marítimos quanto como commodities portuárias, enquanto amônia e hidrogênio ainda enfrentam desafios iniciais. A energia solar domina a produção de eletricidade renovável nos portos, com pouca presença de turbinas eólicas. A cibersegurança é vista como o principal risco, com mais de 80% dos portos possuindo estruturas de resposta a emergências e coordenação.

Os esforços de digitalização cresceram modestamente, mas ainda existem lacunas na implementação de sistemas como Janela Única Marítima (MSW) e Sistemas Comunitários Portuários (PCS). Mais da metade dos portos usa drones ou automação, mas poucos integram tecnologias como IA, 5G ou IoT. Estruturas de inovação são limitadas, com apenas um terço dos portos possuindo departamentos dedicados.

O engajamento comunitário permanece como alta prioridade, com eventos públicos regulares e iniciativas educacionais. No entanto, a desigualdade de gênero persiste: apenas 17% dos portos relatam mais de 31% de mulheres em conselhos supervisores. As tendências de mercado mostram que o aumento do tamanho e frequência das escalas de navios reduziu a produtividade em movimentos por hora, embora África e Oceania tenham registrado recuperação. A conectividade com

o transporte marítimo regular é afetada por fatores geopolíticos, com ganhos na Ásia e África, mas perdas em partes da Europa e Oriente Médio.

Embora as previsões de crescimento de carga para o início de 2025 fossem otimistas, tensões comerciais emergentes, especialmente novas tarifas dos EUA, aumentam a incerteza sobre o futuro, ressaltando a importância de monitoramento contínuo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2025

OPERADORES DE SANTOS ESTÃO FORA DA 1ª FASE DO LEILÃO DO NOVO TECON *Por Danilo Oliveira Portos e logística 27/05/2025 - 13:34*



Pela minuta do edital, participação das empresas que já operam terminais de contêineres no complexo na segunda etapa depende de ausência de propostas na primeira, o que é tido como improvável devido ao valor do ativo

As regras que constam na minuta do edital de licitação do Tecon Santos 10 preveem o impedimento da participação de operadores de terminais de contêineres já estabelecidos no Porto de Santos (SP) na primeira das duas etapas do leilão. Essa segunda fase, no entanto, será aberta somente se a primeira não receber propostas, o que é tido como improvável devido ao valor do ativo. O texto em formatação, aprovado semana passada e tornado público nesta terça-feira (27), descartou uma das duas alternativas sugeridas pela área técnica da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que previa a transferência do ativo, em caso de um grupo que já opera no porto vencesse o certame, previsto para ocorrer até o final de 2025.

Os principais operadores de contêineres do Porto de Santos atualmente são a Santos Brasil, a BTP (Maersk/TiL) e a DP World. Nos bastidores, o mercado estima que grandes armadores e investidores de diferentes partes do mundo estão interessados no Tecon Santos 10. Entre eles Cosco, Hapag-Lloyd, Maersk, MSC, PSA e ICTSI.

Também há uma forte expectativa de que a JBS, que esse ano assumiu operações de contêineres no Porto de Itajaí (SC), possa vir forte nessa disputa. “Todo mundo está olhando esse ativo. Acho saudável ter mais players disputando. Se [o leilão] fosse aberto, poderia atingir um recorde difícil de ser batido em termos de valor de outorga porque tem muita gente interessada”, disse uma fonte à Portos e Navios, em caráter reservado.

Para outra fonte ouvida pela reportagem, a opção de deixar de fora operadores já estabelecidos no porto pode soar como uma contradição, por uma série de motivos. Um deles seria estabelecer uma restrição pouco depois da aprovação de duas grandes operações no setor portuário no país, que envolveram, respectivamente, a compra da Santos Brasil pela CMA CGM e a venda da Wilson Sons para a MSC.

Ela acredita que a alternativa de transferência do ativo, em caso de um grupo já estabelecido vencer o leilão, poderia ser um caminho. “Apesar de ser a favor da verticalização, sou contra concentração exagerada de mercado”, disse. Outra avaliação é que, quanto mais capacidade ofertada e menos tempo com o navio parado no terminal, mais o armador remunera seu principal ativo, o que também é bom para o importador e para o exportador.

Em algumas oportunidades, a área técnica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) manifestou que, sob determinadas circunstâncias, a verticalização pode ser benéfica, levando em conta que, num cenário como do Brasil, com terminais considerados de menor porte, com até 3 milhões de TEUs de capacidade, os ganhos de escala seriam mais benéficos do que um aumento da concorrência. O Tribunal de Contas da União (TCU) também já apontou que, ao investir em um terminal, o armador visa melhorar o nível de serviço do transporte marítimo. O raciocínio é que o

aumento de capacidade e da produtividade do terminal geram mais fluidez operacional para o navio, principal ativo dos armadores.

Longo curso

A possibilidade de o edital do Tecon Santos 10 impor restrições à participação de operadores já atuantes no local era alvo de preocupação e crítica por parte dos transportadores marítimos de longo curso. Eles já vinham questionando o risco de veto dos operadores presentes em Santos ao direito de disputar a exploração do novo terminal.

Em comunicado emitido na manhã de hoje (27), o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) contestou o princípio que fundamenta a tese, de que haverá concentração caso algum player já operando no porto vencer a concorrência e que isso causaria distorção no mercado. “Restringir a participação de operadores experientes fere os princípios da liberdade econômica e reduz a competitividade da licitação, resultando em menor outorga ao Estado e menos benefícios para os usuários do sistema portuário”, afirmou em nota Cláudio Loureiro, diretor-executivo do Centronave, que reúne 19 armadores de longo curso.

O Centronave também considera que os terminais ‘verticalizados’ atendem, rotineiramente, navios de diversas linhas e de armadores concorrentes. Loureiro ressaltou que a escolha de terminais é ditada pelo mercado, levando em conta fatores como qualidade, infraestrutura, desempenho, localização, condições comerciais e sustentabilidade ambiental — e não por vínculos societários.

A avaliação do Centronave é que o compartilhamento de espaço entre armadores em navios, por meio de acordos como os Vessel Sharing Agreements (VSAs), reforça que a estrutura atual do setor é, por natureza, interdependente e aberta. Os armadores de longo curso acreditam que, além de melhorar a eficiência das operações portuárias, o novo terminal deve impulsionar a competitividade do comércio exterior brasileiro, além de trazer de volta para Santos cargas que migraram para outros portos por conta das limitações atuais da infraestrutura do porto.

O diretor-executivo defende que o foco da licitação deve estar na eficiência, na escala e no atendimento à carga, e não na exclusão de operadores. Ele acrescentou que, em casos de distorções de mercado, existem mecanismos legais robustos para a atuação regulatória ex-post, evitando o risco de se comprometer, ex-ante, a atratividade e eficácia da concessão e do próprio projeto. “A pergunta que permanece é: quem realmente se beneficia com a imposição de barreiras à competição? Certamente, não é o usuário ou o comércio exterior brasileiro — nem a economia nacional”, indagou Loureiro.

O governo federal pretende realizar, até o final de 2025, o leilão do novo terminal de contêineres, previsto para a última área disponível no porto público de Santos. A expectativa é que o projeto amplie em quase 50% a capacidade de movimentação do complexo portuário. O escopo é de um terminal com capacidade instalada de 3,5 milhões de TEUs/ano a ser atingida até 2035.

O sócio-consultor da Solve Shipping, Leandro Carelli Barreto, observa desde a última edição da Intermodal, em abril, em São Paulo (SP), que existe um forte interesse de grandes empresas e investidores nesse ativo. “Isso mostra o quanto o Brasil desperta interesse dos investidores e é uma prova viva que não falta apetite de investidor, o que falta é destravar esse projeto”, comentou. Ele observa que a demora em implantar a nova capacidade pode fazer com que Santos desperdice a oportunidade de se tornar um verdadeiro hub.

Barreto estima que, considerando o Tecon Santos 10 em plena capacidade em 2034, o crescimento orgânico do mercado até lá já consumirá a capacidade do novo terminal. Ele reiterou que o Santos 10 é bem-vindo, mas está entre 5 e 10 anos atrasado devido à notória falta de capacidade para movimentação de contêineres no principal porto brasileiro e, sobretudo, em virtude do longo tempo de maturação desse tipo de empreendimento até entrar em operação. “Precisamos que o Tecon Santos 10 avance e, ato contínuo, se comece a pensar no próximo terminal”, sugeriu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2025



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 067/2025
Página 58 de 58
Data: 28/05/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 28/05/2025